

**PREFEITO AFASTADO DE IBIPITANGA É
INVESTIGADO PELO
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL POR SUPOSTAS
FRAUDES NO SISTEMA EDUCACENSO**



Pág. 13

Jornal do Sudoeste
A P E N A S A V E R D A D E

**Após 15 anos de operação irregular, a Justiça Federal
oficializou a suspensão da linha clandestina entre São Paulo e
Brumado, mantida pela Viação Novo Horizonte**



Pág. 34 e 35

**PREFEITO E
SECRETÁRIO
MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO DE
CACULÉ SÃO
DENUNCIADOS
POR SUSPEITAS
NA CONDUÇÃO
DA EDUCAÇÃO
MUNICIPAL.**

Pág. 10 e 11

**Justiça Eleitoral aperta o cerco a
fraudes na cota de gênero
e vereadores de Candiba, Tanque
Novo e Vitória da Conquista têm
mandatos cassados.**

EDITORIAL

■ ANTÔNIO LUIZ
Editor@jornaldosudoeste.com

Quando o “jipe com um Cabo e dois Soldados” não basta, a aposta vira externa

A crise política que o Brasil enfrenta nos últimos anos revelou não apenas o desgaste das instituições democráticas, mas também a intensidade de uma polarização que desafia o equilíbrio nacional. A tentativa de golpe – o avanço das investigações e as provas robustas juntadas pela Polícia Federal e as conclusões da Procuradoria Geral da República não deixam dúvidas - liderada pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e seus aliados – quase concretizada – escancarou a vulnerabilidade das Instituições frente à ambição autoritária.

Em 2018, Eduardo Bolsonaro, ao se referir ao Supremo Tribunal Federal, declarou que “um jipe com um Cabo e dois Soldados” seria suficiente para fechá-lo. Essa metáfora, transformada em símbolo de ruptura institucional, ilustra um projeto político sustentado por desprezo às Leis, desinformação e estratégias improvisadas. Apesar de não ter sido bem-sucedida após as eleições presidenciais de 2022 e no início de 2023, a ideia revela a persistência de um plano de poder que vai além das fronteiras brasileiras.

Há evidências de articulações internacionais nesse movimento, com destaque para possíveis incentivos vindos do ex-presidente americano Donald Trump, que enxerga o Brasil como peça estratégica em seu tabuleiro global. A ameaça à soberania nacional se agrava quando parlamentares, como o deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro – esse personagem iníquo que tal qual um fantasma, há muito, insiste em assombrar as Instituições e, por consequência, o Estado Democrático de Direito – mesmo licenciados, colaboram com tais interesses, colocando o país em risco.

Eduardo Bolsonaro, mais uma vez no centro das atenções, tem se destacado por declarações que atentam contra a estabilidade democrática, promovendo iniciativas que buscam enfraquecer as estruturas institucionais e econômicas do país. Tais movimentações ganham corpo com o apoio de segmentos ligados ao ex-presidente, erroneamente enquadrados como representantes da direita, mas guiados por má-fé intelectual, desconhecimento histórico ou pura desinformação. Alimentados por fake news e interesses contrários ao bem comum, esses grupos têm colaborado para a erosão dos valores democráticos e para a disseminação de uma agenda que ameaça o equilíbrio nacional.

As tentativas de golpe em 2022 e 2023 falharam, não pela ausência de Cabos e Soldados, mas pela resistência do Alto Comando das Forças Armadas à ruptura democrática. Esse contexto nos lembra que a defesa da legalidade e da soberania exige vigilância permanente, Educação Cívica e fortalecimento institucional.

A história ensina que golpes deixam marcas profundas. O povo brasileiro, unido em torno da democracia, deve ser o guardião do Estado de Direito. Mais do que nunca, precisamos reafirmar com firmeza: Brasil acima de tudo. Democracia acima de tudo!

EXPEDIENTE

O Jornal do Sudoeste, o JS Notícias, o Portal Jornal do Sudoeste hospedado em <http://www.jornaldosudoeste.com> e todos as demais redes sociais cujos endereços eletrônicos são identificados pela terminação “jornaldosudoeste.com”, são mantidos AGÊNCIA SUDOESTE - JORNALISMO, ASSESSORIA E PESQUISAS LTDA, com sede na Praça Capitão Francisco de Souza Meira, SI 04 e 05, Centro, Brumado/BA, Brasil, CEP 46.100-155 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.607.622/0001-20

CONSELHO EDITORIAL
Antônio Luiz da Silva
Antônio Novais Torres
Leonardo Santos

EDITOR EXECUTIVO/DIRETOR DE REDAÇÃO
Antônio Luiz da Silva
(77) 99838-6283 - (77) 99119-6080
editor@jornaldosudoeste.com

CHEFE DE REDAÇÃO ADJUNTA
Gabriela Oliveira de Jesus
(77) 98816-6680
reportagem@jornaldosudoeste.com

Laís da Silva Martins
Repórter de Área/Video Repórter

Ticiane Ché Pacheco de Carvalho
Repórter de Área/Video Repórter

Isadora Araújo
Estagiária de Jornalismo (Jovem Aprendiz)

REPORTAGEM
Cássio Silva Bastos - (77) 99919-1997
cassiobastos_45@gmail.com

Evandro dos Santos Braz - (77) 99940-6496
esbraz@hotmail.com

Gabriela Costa Matias - (77) 99997-5679
Repórter de Área/Video Repórter

Jailton Neri dos Santos
jailtonneri@outlook.com.br

Lucimar Almeida da Silva - (77) 99195-2858
lucimaralmeidajs@gmail.com

COMUNICAÇÃO VISUAL/ ESTRATÉGIA
DIGITAL/SOCIAL MEDIA

DESIGNER GRÁFICO
Maria Cristiane da Silva
(77)99967-2218
(77) 99872-5389
diagramacao@jornaldosudoeste.com

DIAGRAMADOR
Vinícius Caires Martins Silva
(77) 99827-6604
diagramacao@jornaldosudoeste.com

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
Maria Augusta dos Santos e Silva
(77) 99838-6265
augusta@jornaldosudoeste.com

COMERCIAL/ATENDIMENTO AO CLIENTE
Maíra Bernardes Pinto
(77) 99804-5635
secretaria@jornaldosudoeste.com

REDAÇÃO
(77) 99872-5689
reportagem@jornaldosudoeste.com
jornalismo@jornaldosudoeste.com
redacao@jornaldosudoeste.com
erramos@jornaldosudoeste.com

CONTATO DIRETO – SUGESTÃO DE PAUTAS
(77) 99838-6283
(77) 98816-6680
editor@jornaldosudoeste.com
reportagem@jornaldosudoeste.com

REPRESENTANTES COMERCIAIS
Shirley Ribeiro Alves - (77) 98801-3338

✕ jsudoestebahia

🌐 www.jornaldosudoeste.com

📷 [jornaldosudoeste](https://www.instagram.com/jornaldosudoeste)

📞 (77) 99872-5389

📺 @JornalDoSudoesteCanalJS

📱 @jornalsudoestebahia

O Jornal do Sudoeste não mantém vínculo de qualquer espécie com seus colaboradores (articulistas), sendo da responsabilidade de cada um deles o conteúdo de seus textos

ELEIÇÕES 2024

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA MANTÉM MANDATOS DE VEREADORES DO UNIÃO BRASIL EM CAETITÉ APÓS NEGAR RECURSO

GLÁUCIA PINHEIRO – ASCOM/AGÊNCIA CRIATIVOS PR
noticia@criativospr.com.br

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) confirmou, na sessão plenária do último dia 17, a decisão da 63ª Zona Eleitoral de Caetité que manteve os mandatos dos vereadores do União Brasil, Rodrigo Júnior Lima Gondim e Júlio César – Julão – Teixeira Ladeia. A Ação de Investigação Judicial Eleitoral (Aije), movida por Gilson – do Sindicato – Pereira Fraga (PDT) e Ivanete – Nete de Maniaçu – Santos Moreira (PSD), ambos suplentes na eleição de 2024, questionava a composição da chapa proporcional do partido e a suposta fraude na cota de gênero.

A denúncia alegava que a renúncia da candidata Luciana Novais Junqueira teria sido uma manobra para fraudar o cumprimento da obrigatoriedade de candidaturas femininas, prevista em Lei, e solicitava a anulação dos votos atribuídos à legenda. Segundo os autores da Ação, a renúncia, homologada em setembro de 2024, teria sido usada para preencher a cota de gênero de forma irregular.

Porém, a Justiça Eleitoral entendeu que o Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) do União Brasil estava em conformidade com a legislação no momento do registro das candidaturas, apresentando percentual mínimo de 30% de candidatas femininas. A justificativa de Luciana Novais Junqueira para a sua renúncia, por questões de saúde (Lúpus) e responsabilidades familiares, foi considerada legítima, sem indícios de fraude ou conluio com o partido.

O juiz da 63ª Zona Eleitoral de Caetité, José Eduardo das Neves Brito, ao confirmar a sentença, destacou que não houve comprovação de candidatura fictícia ou de má-fé na conduta do partido ou dos candidatos. Ele ressaltou ainda que a decisão judicial deve respeitar a vontade do eleitorado. “Não basta a ocorrência de fato superveniente para infirmar, retroativamente, a regularidade já reconhecida”, afirmou o magistrado na sentença.

O Ministério Público Eleitoral também se manifestou favoravelmente à improcedência da Ação, argumentando que a anulação dos votos de toda a chapa, sem provas concretas de fraude, representaria uma injustiça maior do que a suposta irregularidade alegada.

Assim, a decisão do TRE-BA assegura a permanência dos mandatos dos vereadores Rodrigo Júnior Lima Gondim e Júlio César – Julão – Teixeira Ladeia, eleitos pelo União Brasil, reafirmando a integridade do processo eleitoral e o respeito às normas legais vigentes.



Outro lado

Os autores da Ação, Gilson – do Sindicato – Pereira Fraga (PDT) e Ivanete – Nete de Maniaçu – Santos Moreira (PSD), ainda não se pronunciaram publicamente sobre a decisão do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), que manteve a sentença do juiz da 63ª Zona Eleitoral de Caetité, José Eduardo das Neves Brito, que confirmaram os registros e os mandatos dos vereadores do União Brasil, Rodrigo Júnior Lima Gondim e Júlio César “Julão” Teixeira Ladeia.

Segundo interlocutores que pediram anonimato, Ivanete sinalizou a intenção de recorrer ao Superior Tribunal Eleitoral (TSE). A suplente do PSD acredita que houve configuração de fraude à cota de gênero, fundamento central da Ação, e por isso estaria avaliando contestar as decisões da Justiça Eleitoral baiana.



Eleições 2025

TRE-BA mantém cassação do mandato do vereador do Avante de Vitória da Conquista por fraude à cota de gênero

Com a recontagem dos votos, suplente da Federação Brasil da Esperança, Gabriela de Diego Garrido (PV), assume a cadeira que era ocupada por Antoniel – Nathan da Carroceira – Alves da Silva

DA REDAÇÃO *
redacao@jornaldosudoeste.com

No último dia 14 de outubro, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) tomou uma decisão histórica ao votar, por cinco votos a dois, pelo reconhecimento da prática de fraude à cota de gênero nas eleições municipais de 2024 em Vitória da Conquista. A fraude envolveu a apresentação de candidatas femininas “laranjas” – uma estratégia, conforme ressaltou a Justiça Eleitoral baiana, adotada pelo partido Avante para cumprir a exigência legal de participação mínima de mulheres nas chapas proporcionais para a Câmara de Vereadores.

A decisão do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) ratificou a sentença proferida pelo Juiz Rodrigo Souza Britto, responsável pela 39ª Zona Eleitoral de Vitória da Conquista, que anulou os votos dados ao Avante nas últimas eleições proporcionais, resultando na cassação do diploma do candidato eleito, Antoniel – Nathan da Carroceira – Alves da Silva, e de seus suplentes. Além disso, a candidata Gilvaneide Teixeira dos Santos, cujo registro foi feito, segundo a Justiça Eleitoral, com o único objetivo de fraudar a cota de gênero, foi declarada inelegível por um período de oito anos, contando a partir da eleição de 2024. A decisão também determinou a recontagem dos quocientes eleitoral e partidário das chapas proporcionais do município, procedimento concluído em 20 de outubro, que resultou na alteração da composição do Legislativo Municipal conquistense, que atualmente conta com 23 vereadores.

Apesar de candidatos do Avante à Câmara Municipal em 2024, incluindo Antoniel – Nathan da Carroceira – Alves da Silva, que obteve 1.505 votos e ocupava uma cadeira na Casa Legislativa desde o dia 1º de janeiro último, terem recorrido ao Superior Tribunal Eleitoral (TSE), Especialistas em Direito Eleitoral, ouvidos sob reserva pelo JS, destacam que a denúncia apresentada pela Federação Brasil da Esperança – que reúne PT, PCdoB e PV – foi bastante robusta. A denúncia que apontava a candidatura de Gilvaneide Teixeira dos Santos como fictícia, registrada pelo Avante apenas para preencher a cota de gênero, sem intenção real de exercer o mandato, sustentou as decisões do Juízo da 39ª Zona Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. Essas decisões, reforçam os Especialistas, dificilmente será reformada pelo Superior Tribunal Eleitoral.

Os Especialistas também ressaltam a importância da determinação de recontagem dos votos, que foi fundamental para recalcular o quociente eleitoral e partidário, garantindo maior precisão no resultado.

Após a recontagem e a atualização dos quocientes, quem assume a vaga na Câmara Municipal é Gabriela de Diego Garrido (PV), suplente da Federação Brasil da Esperança. Bacharela em Direito e Delegada da Polícia Civil da Bahia e reconhecida por sua atuação firme na defesa da Justiça, da Segurança Pública e dos Direitos das Mulheres, Gabriela Garrido destaca-se como uma potencial representante que irá fortalecer a luta por causas sociais, inclusão e maior presença feminina no Legislativo de Vitória da Conquista. Sua entrada na Casa reforça o compromisso do Legislativo Municipal, que vem sendo consolidado na atual legislatura, com a diversidade, a representatividade e a promoção de uma política mais inclusiva.

Para quem conhece de perto o trabalho da Delegada da Polícia Civil da Bahia Gabriela de Diego Garrido, sua chegada ao Legislativo Municipal é vista como uma continuidade de sua trajetória profissional e pública marcada por dedicação, firmeza e compromisso social. Como Delegada da Polícia Civil, ela construiu uma carreira que vai além do cumprimento da Lei, promovendo diálogos e amplificando vozes silenciadas e, certamente, buscará contribuir para transformar a Câmara Municipal de Vitória da Conquista em um espaço mais acolhedor, seguro e acessível, especialmente para as mulheres.

Suplente da Federação Fé Brasil (PT, PCdoB e PV), Gabriela de Diego Garrido (PV), poderá assumir o mandato na Câmara Municipal de Vitória da Conquista.



O Tribunal de Contas dos Municípios recomendou a rejeição das contas do ex-prefeito de Morpará, Shirley 'Lelei' Novaes Barreto (PT), relativas ao exercício de 2023



Outro lado

Após a confirmação da sentença que cassou seu mandato pelo Tribunal Regional Eleitoral, Antoniel – Nathan da Carroceira – Alves da Silva (Avante) anunciou em suas redes sociais que já teria recorrido ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Demonstrando confiança, o então parlamentar expressou sua crença de que a vontade soberana do povo será respeitada e que a decisão será revertida, apesar da recontagem dos votos já ter ocorrido e da confirmação de Gabriela de Diego Garrido (PV), suplente da Federação Fé Brasil (composta pelos partidos PT, PCdoB e PV), como nova integrante da Casa Legislativa.

Em meio à turbulência política, Antoniel – Nathan da Carroceira – Alves da Silva, ao sinalizar uma aceitação da decisão da Justiça Eleitoral, afirmou que não se afastará, “nem por um minuto”, do compromisso de defender os interesses da população. Ele enfatizou que continuará a atuar com determinação, ouvindo as demandas da sociedade e, com ou sem mandato, buscando junto ao Executivo Municipal a realização das reivindicações apresentadas.



FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS



TAISE RODRIGUES

STUDIO
FOTOGRAFICO

(77) 98858-1020



IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

As falsas narrativas do governo Lula - ricos contra pobres

Ao polarizar ainda mais a sociedade com seu discurso de ricos contra pobres, o governo Lula tenta desviar o foco de suas próprias falhas. As recentes manifestações do presidente, afirmando que defende os pobres contra os ricos, que o aumento do Imposto sobre Obrigações Financeiras (IOF) só atingiria os ricos e que ele é um defensor dos pobres, levantam uma questão que não tem nada a ver com a realidade. Qualquer tributação sobre as empresas implica prejuízo para os pobres, pois reflete no consumo.

As empresas sobrevivem porque têm lucro. Ou seja, elas não resistem se não conseguirem gerar lucro, não só para remunerar seus acionistas, mas também para reinvestir e manter a competitividade no mercado.

O presidente Lula, devido ao fracasso em cortar as contas públicas e não ter um plano efetivo para isso, quer aumentar a tributação que o Congresso rejeitou por esmagadora maioria. Com isso, ele busca dizer que o Congresso está defendendo os ricos e que ele defende os pobres.

Tentar transferir a sua incapacidade de controlar as contas públicas para um falso problema — de que são os ricos que não o deixam administrar, enquanto ele faz estragos monumentais na administração, principalmente nas estatais, com a nomeação de seus amigos e gastos impensados — é evidente que é uma falácia, igual à pregação sempre fracassada do marxismo.

Os marxistas é que sempre disseram que podiam ser ditadores na Romênia, na Polônia, em todos os países da União Soviética, porque estavam defendendo o povo, os pobres, enquanto arruinavam os países.

Todos os países, naquela época, que eram conservadores, progrediram. E todos os que “defendiam o pobre” através de ditaduras, na época da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, não tiveram progresso e caíram. Basta dizer que voltaram a progredir a partir da queda do Muro de Berlim.

Então, me parece que essa falsa colocação, não dignifica o presidente Lula — que foi um presidente pragmático nos dois primeiros mandatos e agora virou um presidente ideológico —, de considerar que o seu fracasso na administração das contas públicas, que leva o presidente do Banco Central por ele nomeado a manter juros elevados para corrigir e conter a inflação que ele não consegue controlar com seu frágil arcabouço fiscal, se deve aos ricos, que não querem aumento de tributação. Isso é uma farsa.

Tenho a sensação de que, se o presidente Lula continuar assim, estando com dois anos e meio de seu governo sem um plano de recuperação das contas públicas, a não ser aumentando o endividamento e a tributação, tornará ainda mais sofrida a vida do povo brasileiro.

Se ele não quiser fazer a lição de casa, de cortar efetivamente os gastos, de fazer a política fiscal como Gabriel Galípolo está fazendo a política monetária, para tentar conter a inflação que o presidente Lula não controla, é evidente que seu governo continuará numa queda monumental da avaliação junto à opinião pública, em que a rejeição já é muito maior do que a aprovação.

Discursos como esse, de que ele realmente defende os pobres e que são os ricos que não querem aumento de tributos para que ele possa auxiliá-los, o povo não aceita mais. Isso também porque os cidadãos ainda têm as redes sociais para se comunicarem, e qualquer um, por mais simples que seja, pode ter acesso às informações corretas. O povo tem percepção do que está acontecendo no Brasil.

Pessoalmente, mesmo não tendo votado no presidente Lula, gostaria que o governo desse certo, pois todo brasileiro prefere mais que seu país progrida do que ser favorável a uma ou outra corrente que esteja no Poder. Vejo que ele, entretanto, está mais preocupado em ganhar as eleições do que com o Brasil.

Por essa razão, ele faz questão de dizer que defende os pobres contra os ricos que não querem aumento de tributos. Vale destacar, mais uma vez, que tais tributos, ao incidir sobre as operações de todas as empresas, repercutiriam, necessariamente, nos preços de todos os produtos.

Tomara que o presidente Lula perceba, neste último ano e meio de governo que ainda tem, que a função de um presidente é governar o país para um bem futuro, mesmo com medidas amargas, e não procurar, com histórias e narrativas, mostrar realidades que, efetivamente, não existem.

ELEIÇÕES 2024 - COMPRA DE VOTOS

JUSTIÇA ELEITORAL CASSA MANDATO DE VEREADOR MAIS VOTADO DE TANQUE NOVO POR COMPRA DE VOTOS

LUCIMAR ALMEIDA
lucimaralmeidajs@gmail.com

A Justiça Eleitoral da 168ª Zona Eleitoral de Igaporã cassou o mandato de Cleiton Vieira Batista (Progressistas), vereador mais votado da história de Tanque Novo. Ele foi denunciado pelo Ministério Público Eleitoral por compra de votos e também teve a inelegibilidade decretada por oito anos e terá de pagar multa de R\$ 30 mil, em sentença expedida pelo Juiz Edson Nascimento Campos.

De acordo com a denúncia do Ministério Público Eleitoral, Cleiton Vieira Batista (Progressistas) teria utilizado a empresa da qual é sócio, a Diamantina Atacadista, para compra de votos por meio de transferências via PIX, que teriam sido intermediadas pelo então secretário municipal de Assistência Social, Adailson – Dr. Russinha – Lopes Cardoso.

Para formular a denúncia, o Ministério Público Eleitoral reuniu, como provas, áudios e depoimentos. Pelo menos três eleitoras – Ivani Silva Oliveira, Josiane Oliveira e Katrielly Silva Gomes – foram identificadas como beneficiárias de transferências e admitiram, em depoimento em Juízo, terem recebido de Cleiton Vieira Batista, então candidato pelo Progressistas a uma cadeira no Legislativo Municipal, valores (R\$ 300,00 cada), através de transferências PIX, com menção explícita à exigência de apoio eleitoral (voto) em troca da chamada “ajuda”. Esses depoimentos foram considerados relevantes pelo Ministério Público Eleitoral para fundamentar denúncia.

O Juiz Edson Nascimento Campos fundamentou a sentença com base em entendimento consolidado do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), segundo o qual a entrega de qualquer vantagem pessoal com o intuito de obter votos caracteriza captação ilícita de sufrágio, independentemente de impacto no resultado da eleição.

O magistrado ressaltou que a prática foi reiterada e planejada, utilizando uma estrutura empresarial própria para ocultar a verdadeira finalidade das transferências, com a intermediação deliberada de terceiros. De acordo com a decisão, essa conduta violou os Princípios Constitucionais da Moralidade Administrativa e da Isonomia entre os candidatos.

“Não se trata de episódio isolado ou equívoco. O conjunto probatório revela organização, premeditação e sofisticação na compra de votos, com uso de pessoa jurídica e interposta pessoa para captar sufrágios de forma ilícita”, apontou o magistrado na sentença.

O magistrado determinou ainda a anulação dos votos recebidos por Cleiton Vieira Batista (Progressistas), além da recontagem e retotalização dos votos na eleição proporcional de Tanque Novo. A decisão, se confirmada, poderá alterar a composição atual da Câmara Municipal, com eventual redistribuição de cadeiras de acordo com o novo quociente eleitoral.

Adilton – Dr. Russinha – Lopes Cardoso, apesar de identificado como intermediador das transferências, foi excluído do Polo Passivo da Ação, em razão da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral que restringe a responsabilização por captação ilícita de sufrágio (compra de votos) apenas aos candidatos, mesmo que a conduta tenha sido praticada por terceiros.

Cabe recurso da decisão e o vereador continuará no cargo pelo menos até que o recurso seja julgado pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.



Vereador mais votado da história do município, Cleiton Vieira Batista (Progressistas) teve o mandato cassado pela Justiça Eleitoral por compra de votos, mas permanece no cargo até que o Recurso seja julgado.

Outro lado

Nos autos, o vereador argumentou, em sua defesa, que as transferências financeiras investigadas ocorreram em um contexto de transação comercial. Buscando dissociar as movimentações financeiras da prática ilícita de compra de votos, Cleiton Vieira Batista (Progressistas), argumentou que não houve pedido explícito de voto em troca desses valores.

O JS tentou, sem sucesso ouvir o vereador após da oficialização da sentença pela 168ª Zona Eleitoral de Igaporã. O espaço permanece aberto caso o vereador queira se manifestar.



LUIZ FREDERICO RÊGO

LUIZ FREDERICO RÊGO - Brumadense, Bacharel em Direito pela Uesb, Analista Judiciário no Tribunal de Justiça da Bahia e filiado ao Partido dos Trabalhadores

Lula, o Predestinado

Cada vez mais me convenço de que Lula é um predestinado. A trajetória do presidente é marcada por acontecimentos extraordinários — bons e ruins — que, somados à sua habilidade política, explicam seu protagonismo histórico.

Saiu da Presidência com aprovação recorde, foi preso em um processo viciado e viu crescer o ódio contra si. Ainda assim, após mais de 500 dias encarcerado, saiu da prisão mais forte. Venceu uma eleição apertada, enfrenta um Congresso hostil e, vinte anos depois, segue lidando com adversidades no campo político, além de um cenário internacional muito diferente do de 2003. Mesmo assim, mantém-se como um líder de peso — na verdade, o grande estadista da atualidade.

Seus críticos se recusam a admitir isso. E os que tentam parecer imparciais alegam que Lula se destaca apenas porque os demais líderes — Macron, Starmer, Putin, Milei, Modi, entre outros — são medíocres ou irrelevantes. Mas Lula se destacaria em qualquer contexto, mesmo que Merkel ou Obama ainda estivessem em atividade.

Nos últimos dias, diante da maior agressão já sofrida pelo Brasil em tempos recentes, é Lula quem lidera o país. E eis que algo ruim e trágico se converte em triunfo.

A imprensa e analistas políticos recomendaram que Lula recuasse — “como outras nações fizeram”, inclusive países mais ricos que o Brasil. Lula não cedeu à chantagem de Trump. Foi destaque no principal jornal dos Estados Unidos justamente como o líder mundial que teve coragem de enfrentá-lo — e não saiu derrotado.

O chamado “tarifaço”, que poderia afetar até 2% do PIB brasileiro, foi desidratado com a exclusão de quase 700 produtos nacionais. Para não deixar evidente que o rugido de Trump virou miado, os EUA sancionaram o ministro Alexandre de Moraes, que, na prática, apenas está impedido de ir à Disneylândia.

Enquanto isso, os bolsonaristas — verdadeiros traidores da pátria — estão atônitos, sem discurso, assistindo à popularidade de Lula crescer e a Alexandre de Moraes ganhar apoio até entre críticos.

Resumo do dia: Trump sai pequeno. Lula sai gigante. E Bolsonaro não sai para canto algum, porque já passam das 19h e ele precisa permanecer recolhido à sua insignificância.

Eleições 2024 - Fraude na Cota de Gênero

Tribunal Regional Eleitoral da Bahia reforma sentença e cassa mandatos de vereadores do Solidariedade de Candiba

DA REDAÇÃO *
redacao@jornaldosudoeste.com

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) reformou a decisão proferida pela Juíza Eleitoral Adriana Silveira Bastos, da 64ª Zona Eleitoral, em 11 de fevereiro, e confirmou a denúncia do partido Avante de que houve fraude na cota de gênero na composição da chapa proporcional do Solidariedade nas eleições municipais de 2024 em Candiba. Na sentença originalmente proferida, a Justiça Eleitoral considerou improcedente a denúncia. No entanto, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, por unanimidade, decidiu cassar os diplomas dos candi-



– Considerando ter havido fraude na cota de gênero praticada pelo partido Solidariedade na formação da chapa proporcional, o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia decidiu cassar os mandatos dos vereadores Deusemar Reis Souza e Jurandy Pereira Bomfim

dados do Solidariedade à Câmara Municipal e, conseqüentemente, os mandatos dos dois vereadores eleitos pelo partido, Deusemar Reis Souza e Jurandy Pereira Bomfim. De acordo com a decisão, a legenda teria utilizado uma estratégia fraudulenta para atender à exigência legal de candidaturas femininas. Uma candidata de fachada, Clarice Lima de Azevedo, teria sido registrada apenas para cumprir a cota de gênero, sem intenção real de promover a participação feminina na política. Essa prática violou princípios de transparência e regularidade do processo eleitoral, segundo os desembargadores do TRE-BA. Com base nas provas apresentadas, a Corte Eleitoral concluiu que o Solidariedade violou as regras eleitorais, levando à cassação dos diplomas dos candidatos na chapa proporcional e, por consequência, dos mandatos dos vereadores eleitos. Além disso, o TRE reforçou a necessidade de medidas para evitar futuras fraudes na composição de chapas, incluindo maior fiscalização e controle do cumprimento das regras relativas à participação de mulheres nas eleições proporcionais. Especialistas em Direito Eleitoral ouvidos pelo JS destacam que a decisão reforça o compromisso da Justiça Eleitoral da Bahia com a integridade do processo democrático e a promoção da igualdade de gênero na política. A decisão ainda pode ser contestada por meio de recurso ao Tribunal Superior Eleitoral, e, após o trânsito em julgado, o Sistema Eleitoral realizará nova contagem dos votos para o cargo de vereador em Candiba.

Outro lado

A equipe de reportagem do JS tentou contato com os vereadores Deusemar Reis Souza e Jurandy Pereira Bomfim, do partido Solidariedade, cujos mandatos foram cassados pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, mas não obteve retorno. Fontes ligadas à Direção Municipal do Solidariedade em Candiba, que aceitaram falar sob condição de anonimato, informaram que o partido já recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral. Segundo essas fontes, há expectativa de que a decisão seja revista e prevaleça o entendimento da Juíza Titular da 64ª Zona Eleitoral, que validou os mandatos conferidos pelo voto popular. O JS reforça que o espaço permanece aberto para manifestações oficiais do Solidariedade e dos dois parlamentares.

○ DENÚNCIA/IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Prefeito e secretário municipal de Educação de Caculé são denunciados por suspeitas na condução da Educação Municipal

■ DA REDAÇÃO *
redacao@jornaldosudoeste.com



O prefeito Pedro – Pedrão – Dias da Silva (PSB) e o secretário municipal de Educação e Cultura, Adailton Silva Cotrim, foram denunciados por supostas fraudes em matrículas do EJA e irregularidades nas Escolas em Tempo Integral

No último dia 9, vereadores da bancada de Oposição na Câmara Municipal de Caculé apresentou uma denúncia formal contra o prefeito Pedro – Pedrão – Dias da Silva (PSB) e o secretário municipal de Educação e Cultura, Adailton Silva Cotrim. O documento foi encaminhado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fn-de), autarquia federal vinculado ao Ministério da Educação; à Controladoria Geral da União (CGU); ao Ministério Público Federal; e à Polícia Federal, buscando apurar possíveis irregularidades na gestão dos recursos públicos.

De acordo com o líder da oposição, vereador Paulo Henrique da Silva (União Brasil), a denúncia aponta fortes indícios de irregularidades relacionadas às matrículas no Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ao funcionamento das Escolas Municipais em regime de tempo integral. A fundamentação do documento inclui relatos de pais de alunos e de representantes de entidades da sociedade civil, que indicam práticas suspeitas na realização das matrículas de estudantes no Programa Educação de Jovens e Adultos e no funcionamento das Escolas Municipais em Tempo Integral.

Entre as alegações, destacam-se a inclusão de matrículas de duas pessoas já falecidas, de indivíduos residentes em outros municípios – incluindo três em São Paulo – além de registros de alunos que não frequentam as aulas, e de outros que, embora tenham perfil para o Ensino regular, foram inseridos na EJA, possivelmente com o objetivo de captar recursos indevidamente. A denúncia também lista 21 nomes de alunos matriculados na Escola Municipal Clemente Teixeira da Cunha, localizada na Comunidade São Domingos, na zona rural, considerados exemplos das fraudes apontadas.

O vereador Paulo Henrique da Silva reforça a preocupação da oposição com a transparência e integridade do Sistema Educacional local. Ele ressalta que tais irregularidades, se confirmadas, podem prejudicar a reputação da Administração Municipal e comprometer a qualidade do Ensino oferecido aos cidadãos de Caculé. Além disso, destaca a importância do Programa EJA, uma iniciativa do Governo Federal por meio do Ministério da Educação, que busca combater o analfabetismo e promover a inclusão social de jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à Educação na idade adequada. Segundo o vereador, esse Programa tem grande valor social e deve ser implementado de forma adequada, respeitando os Princípios da Administração Pública. E, caso sejam constatados desvios de finalidade ou de recursos, os responsáveis devem ser devidamente responsabilizados.

A denúncia também aponta que as Escolas em Tempo Integral, implantadas no município, estariam operando sem as condições físicas e pedagógicas previstas em Lei, levantando suspeitas de que a modalidade estaria sendo usada de forma irregular para aumentar os repasses do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Para o vereador Paulo Henrique, essa prática pode configurar uma tentativa de desvio de recursos públicos.

O vereador destacou ainda que, embora as investigações possam gerar impacto político local, o objetivo principal da denúncia é identificar possíveis práticas de Improbidade Administrativa, além de Peculato e Falsidade Ideológica, entre outros delitos previstos na legislação vigente. O vereador destaca que a bancada de oposição está comprometida em acompanhar o andamento das apurações e a cobrar a responsabilização dos envolvidos. Para ele, essa postura reafirma o compromisso (a oposição) de fiscalizar a gestão dos recursos públicos e assegurar o respeito aos princípios que norteiam a Administração Pública.

Por fim, Paulo Henrique afirmou que a oposição continuará vigilante e que nenhuma prática que viole o interesse público será tolerada. Ele reforçou a importância de zelar por uma educação de qualidade e pela correta aplicação dos recursos públicos, ressaltando que as denúncias recebidas merecem investigação séria e rigorosa. Segundo o vereador, esse esforço é fundamental para garantir a transparência e a eficiência na gestão municipal, atendendo ao desejo da população de Caculé por uma administração honesta e responsável.



Vereador Paulo Henrique (União Brasil) denuncia possíveis irregularidades na matrícula de alunos da EJA e na gestão de Escolas de Tempo Integral, com base em relatos da comunidade

Outro lado

A reportagem do JS entrou em contato com o prefeito Pedro – Pedrão – Dias da Silva (PSB) por meio da Assessoria de Comunicação Social DA Prefeitura Municipal (71 9256-**30), para que ele pudesse comentar ou contestar as alegações feitas pela Oposição, além de apontar as ações que já foram ou estão sendo adotadas para esclarecer as denúncias, mas não obteve resposta.

Já o secretário municipal de Educação e Cultura, Adailton Silva Cotrim, ao ser questionado sobre as denúncias apresentadas pelos vereadores da Oposição, afirmou que foi realizado um levantamento e que as alegações não procedem. Ele destacou que já está sendo elaborado um documento que comprova a falsidade das denúncias, o qual será encaminhado aos órgãos responsáveis e posteriormente divulgado ao público.

UM CONSULTÓRIO DE
ENDOCRINOLOGIA EM
BRUMADO

para chamar de seu!

NATHALE PRATES
ENDOCRINOLOGIA

Atendimento de
Segunda a Sexta

Confira nossos
horários

DRA. NATHALE PRATES
ENDOCRINOLOGIA

HORÁRIOS DE
Atendimento

Segundas-Feiras

MANHÃ

Terças-Feiras

MANHÃ

Quartas-Feiras

TARDE

Quintas-Feiras

MANHÃ E
TARDE

Sextas-Feiras

MANHÃ

Rua Coronel Paulino Chaves, 255
Centro | Brumado - BA

Clínica ProBeauty.
(Prox. a Praça do Jurema)

Agendamento de consultas

Via WhatsApp

(71) 99209-7355

CONTAS PÚBLICAS

Tribunal de Contas recomenda rejeição das contas da Prefeitura de Morpará por descumprimento do limite de despesa com pessoal e ao déficit orçamentário em 2023

DA REDAÇÃO *
redacao@jornaldosudoeste.com



O Tribunal de Contas dos Municípios recomendou a rejeição das contas do ex-prefeito de Morpará, Shirley 'Lelei' Novaes Barreto (PT), relativas ao exercício de 2023

O Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, na sessão plenária do último dia 17, emitiu um Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a rejeição às contas da Prefeitura Municipal de Morpará, de responsabilidade do ex-prefeito Shirley – Lelei – Novaes Barreto (PT), referente ao exercício de 2023, fundamentada no não cumprimento de dispositivos previstos na Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Um dos principais motivos que levou à recomendação foi o fato de as despesas com pessoal terem atingido R\$ 20.515.787,15 ao final de 2023. Esse valor corresponde a 57,74% da Receita Corrente Líquida (RCL), que totalizou R\$ 35.531.703,98. Segundo a Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o limite máximo permitido para despesas com pessoal é de 54% da Receita Corrente Líquida. Assim, o município excedeu esse limite em 3,74 pontos percentuais, comprometendo a sustentabilidade financeira e a manutenção de um equilíbrio fiscal saudável. Este excesso impacta negativamente a capacidade de investimento e de manutenção dos serviços públicos essenciais, além de violar os limites estabelecidos pela legislação federal.

Outro aspecto que contribuiu para a recomendação da Corte de Contas no sentido da rejeição das contas da gestão do ex-prefeito Shirley – Lelei – Novaes Barreto (PT), foi o déficit orçamentário registrado em 2023. A arrecadação total do município foi de R\$ 40.160.798,95, enquanto as despesas realizadas somaram R\$ 41.831.365,11. Essa diferença gerou um déficit de execução de R\$1.670.566,16, indicando que as despesas superaram as receitas arrecadadas, resultando em desequilíbrio nas contas públicas. Tal situação compromete a capacidade do município de manter suas operações financeiras de forma sustentável, além de colocar em risco a continuidade de programas e serviços públicos essenciais.

O relator do Processo na Corte de Contas, Conselheiro Paulo Fernando Rangel de Lima, apresentou Deliberação de Imputação de Débito ao ex-prefeito Shirley – Lelei – Novaes Barreto (PT), com multas de R\$ 1 mil pelas falhas apresentadas no Relatório Técnico e de R\$ 8.640,00, correspondente a 6% do valor dos seus vencimentos anuais, em razão da falta de medidas para a recondução da despesa total com pessoal ao limite de 54%.

A recomendação do Tribunal de Contas dos Municípios reforça a necessidade da atual Administração Municipal adotar medidas corretivas para regularizar as contas, especialmente no que diz respeito ao controle de gastos com pessoal e à contenção de despesas para evitar déficits futuros.

A recomendação para rejeição das contas é uma medida que visa garantir a transparência na gestão pública e promover a responsabilidade fiscal, essenciais para a estabilidade financeira do município.

O cenário de 2023 evidencia a urgência de uma gestão fiscal mais responsável por parte da Administração Municipal, a fim de cumprir os limites legais e assegurar a saúde financeira das finanças públicas. A recomendação do Tribunal de Contas dos Municípios serve como um alerta para que medidas eficazes sejam implementadas, garantindo o equilíbrio fiscal e a sustentabilidade dos serviços públicos no município.

* COM INFORMAÇÕES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DA BAHIA

Outro lado

A reportagem do JS tentou contato com o ex-prefeito Shirley – Lelei – Novaes Barreto (PT), para oportunizar que ele pudesse comentar e contestar as alegações e a decisão do Tribunal de Contas dos Municípios.

O ex-prefeito, no entanto, após participar da sessão da Corte de Contas, em Salvador, publicou um vídeo em suas redes sociais no qual afirma que o Tribunal de Contas da Bahia cometeu um equívoco ao julgar as contas da Prefeitura Municipal de Morpará relativas ao ano de 2023, considerando, em sua avaliação, ter cometido uma “grave injustiça”.

O ex-gestor anunciou que apresentará um Pedido de Reconsideração, fundamentado na legislação vigente, a qual, segundo ele, foi ignorada pela Corte de Contas. Ele destaca o Artigo 23 da Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal), afirmando que, mesmo com o índice de despesas com pessoal em 2023 atingindo 57,74%, a Administração Municipal adotou as medidas necessárias para cumprir a legislação, reduzindo os gastos nos dois quadrimestres seguintes. No segundo quadrimestre de 2024, destacou, o índice já havia caído para 52,43%, ficando abaixo do limite máximo de 54%.

Diante desses dados, Shirley – Lelei – Novaes Barreto reforça que houve o cumprimento das exigências legais, e, por isso, não há fundamentos para a rejeição das contas.

FRAUDE PROGRAMA EDUCACIONAL

PREFEITO AFASTADO DE IBIPITANGA É INVESTIGADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL POR SUPOSTAS FRAUDES NO SISTEMA EDUCACENSO

DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com



FOTO: REPRODUÇÃO/REDES SOCIAIS

Após ser preso em flagrante por posse ilegal de armas — posteriormente liberado mediante pagamento de fiança — e afastado do cargo por determinação do Supremo Tribunal Federal durante a 4ª fase da Operação Overclean, o prefeito reeleito de Ibipitanga em 2024, Humberto Raimundo – Beto – Rodrigues de Oliveira (PT), passa a ser alvo de uma nova investigação. Ele é suspeito de fraudar o Sistema Educacenso, responsável pela coleta e organização dos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Conforme apurações, entre 2023 e 2024, o então prefeito Humberto Raimundo – Beto – Rodrigues de Oliveira (PT) teria liderado um esquema criminoso na gestão municipal, envolvendo a criação de turmas fictícias em Escolas Públicas locais, como a Escola Municipal Padre Aldo Coppola, Na Comunidade Quilombola Castanhão, e a Escola de 1º Grau de Lagoa de Dentro, no Sítio Lagoa de Dentro. O objetivo seria inflar artificialmente o número de matrículas no Programa Educação de Jovens e Adultos (EJA).

As investigações apontam uma discrepância alarmante: para justificar o repasse de R\$ 147 mil em 2024 ao Programa EJA, seria necessário contabilizar cerca de 360 mil alunos, um número vinte e cinco vezes maior que a população estimada do município, que é de aproximadamente 14 mil habitantes. Nos últimos cinco anos, o Governo liderado por Humberto Raimundo teria recebido mais de R\$ 90,2 milhões do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Os recursos aumentaram significativamente, passando de R\$ 6,9 milhões em 2021 para R\$ 40,7 milhões em 2023. Nos primeiros seis meses de 2024, os repasses ultrapassaram R\$ 22,9 milhões.

O Ministério Público Federal identificou cinco pessoas envolvidas no esquema e instaurou um Inquérito Civil para aprofundar as investigações.

Outro lado

A reportagem do JS tentou contato com a Prefeitura Municipal de Ibipitanga e com o prefeito afastado Humberto Raimundo – Beto – Rodrigues de Oliveira (PT), mas não obteve retorno até o fechamento desta edição. O espaço permanece aberto para manifestações.

◦ Alfabetização de Crianças

Caatiba lidera avanços na alfabetização das crianças em 2024 no Território Médio Sudoeste da Bahia

■ DA REDAÇÃO *
redacao@jornaldosudoeste.com

De acordo com dados recentes divulgados pelo Ministério da Educação, três municípios do Território Médio Sudoeste da Bahia figuram entre os 50 melhores do Estado no Índice de Alfabetização de Crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental em 2024. Esses resultados demonstram avanços significativos na Educação Infantil na região, fruto de esforços contínuos e investimentos em políticas educacionais.

O município de Caatiba lidera a lista no Território, atingindo a marca de 50% de crianças alfabetizadas, o que o coloca na 43ª posição entre os municípios baianos.

Esses números refletem o esforço e a dedicação de várias gestões municipais, especialmente o trabalho desenvolvido em Caatiba nos últimos oito anos e meio, que tem centrado na melhoria da qualidade da Educação, ampliação do acesso e na alfabetização de crianças na fase inicial do Ensino Fundamental. A evolução desses indicadores reforça a importância de políticas públicas consistentes para o desenvolvimento educacional e social da região.

Com esses avanços, a expectativa é que mais municípios possam continuar melhorando seus índices de alfabetização, garantindo um futuro mais promissor para as crianças do Território Médio Sudoeste da Bahia.



Para o secretário municipal de Educação de Caatiba, Cléber de Souza Silva, os dados refletem o comprometimento do município com a Educação, através da valorização dos profissionais, dos investimentos em formação continuada e o compromisso com o Ensino na base de forma a garantir que mais crianças tenham acesso à alfabetização adequada. “O município de Caatiba tem o entendimento que o básico sendo bem feito, funciona. Assim, temos conseguido elevar os nossos indicadores”, pontua o secretário.

De acordo com o secretário, desde 2020, a partir da pandemia da Covid-19, todas as ações implementadas na área da Educação têm como foco uma atenção cuidadosa e contínua, construída em diálogo direto com os professores, que são, enfatiza Cleber Silva, os verdadeiros especialistas na arte de Ensinar.

O secretário continua ressaltando que, em 2022, a Secretaria Municipal de Educação de Caatiba lançou o projeto “Todos por eles e ninguém para trás”. Por meio dessa iniciativa, vem sendo, desde então, promovida uma ampla mobilização de toda a Rede Municipal de Ensino, com o objetivo de proporcionar reforço escolar personalizado para alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Segundo o secretário, para muitos alunos, o reforço escolar acontece no contraturno. No entanto, em casos específicos, como aqueles de estudantes da zona rural que enfrentam dificuldades logísticas, o apoio é oferecido durante o próprio turno, em horários planejados, sempre levando em consideração as necessidades individuais de cada aluno. De acordo com Cleber Silva, as aulas de reforço são planejadas de forma individualizada, buscando atender às particularidades de cada aluno e contribuir para a superação das barreiras no processo de aprendizagem.

Outro aspecto relevante mencionado pelo secretário, que tem gerado um impacto positivo nos indicadores, diz respeito à organização do corpo docente. Ele destaca que os professores envolvidos no Ciclo de Alfabetização estão organizados em duplas para cada turma. Enquanto um educador conduz a aula, o outro oferece suporte, auxiliando os alunos em questões individuais. Em dias ou turnos diferentes, os papéis dos professores são invertidos. “Essa estrutura tem contribuído para reduzir a fadiga dos docentes, permitindo que eles mantenham mais energia para se dedicar ao Ensino diariamente”, ressalta.

Cleber Silva ressaltou que o currículo, abrangendo não apenas o Ciclo de Alfabetização, mas todos os anos de Ensino Fundamental, tem integrado os descritores das avaliações externas ao cotidiano escolar. Segundo ele, essa abordagem não é vista como uma atividade pontual ou isolada, mas sim como parte de um esforço contínuo. “Isso tem favorecido a coerência entre as avaliações internas e o que realmente é ensinado, tornando-as mais alinhadas aos modelos externos”, diz.

De acordo com o secretário, “a Escola de Caatiba possui um Laboratório de Alfabetização, dotado de recursos valiosos e amplamente utilizado pelos alunos do 1º e 2º anos. Além disso, a infraestrutura da instituição é essencial para o aprendizado, uma vez que as salas de aula são climatizadas e dispõem de espaços de leitura bem organizados”, acrescentando que o município também conta com o apoio de uma equipe multidisciplinar alocada em um Núcleo de Apoio Especializado. Esses profissionais, diz o secretário, atendem os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) duas vezes por semana. A equipe é formada por Psicopedagogos, Psicólogos, Neuropsicólogos, Fonoaudiólogos, Psiquiatras em momentos específicos e uma Assistente Social.

Concluindo, o secretário Cleber de Souza Silva reforçou que a Secretaria Municipal de Educação vai continuar implementando uma política de continuidade, buscando melhorar e expandir os projetos já existentes, além de introduzir novas iniciativas. Um exemplo disso, destacou, é o “Selo Caatiba”, uma proposta da gestão que tem como objetivo recompensar os professores que apresentarem os melhores resultados nas avaliações e que demonstrem boas práticas pedagógicas no dia a dia. Essa abordagem é orientada e supervisionada por uma equipe pedagógica experiente e comprometida com as orientações da Administração Municipal.

FOTO: DIVULGAÇÃO



Cleber de Souza Silva, secretário municipal de Educação de Caatiba



MAYARA BEZERRA

Arquitetura e Interiores

DESIGN PERSONALIZADO | SOLUÇÕES CRIATIVAS | CONFORTO E SOFISTICAÇÃO

Transforme seu sonho em realidade!
Entre em contato hoje e descubra
como Mayara Bezerra pode reinventar
seu espaço.



HELDER SANTOS

HELDER SANTOS - Especialista em Contabilidade Financeira e Gestão Estratégica de Tributos, Pesquisador Membro do Laboratório de Contabilidade Societária (LPCS) da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo. Graduado em Ciências Econômicas e Contábeis, com Especialização em Direito Tributário e Societário. Mestre e Doutorando em Contabilidade e Controladoria.

Soberania desafiada

No dia 9 de julho (feriado em São Paulo) fomos surpreendidos por uma carta ameaçando o Brasil com tarifas na entrada de seus produtos no mercado norte-americano. Essa é uma data importante no nosso país e talvez seja desconhecida pelo presidente dos EUA. Ela serve para lembrar os feitos da Revolução Constitucionalista de 1932, a qual combateu o governo de Getúlio Vargas, que tinha tomado o poder dois anos antes e implantado uma ditadura no Brasil. Foram quase três meses de confrontos, com estimativas de mais mil mortos, entre os militares e voluntários paulistas e outros tantos nas tropas do governo federal.

Coincidência ou não, a carta que Donald Trump enviou ao governo Lula, no último 9 de julho, foram feitas afirmações de que houve “ataques insidiosos do Brasil contra eleições livres e à violação fundamental da liberdade de expressão dos norte-americanos”, em virtude “de ordens de censura decretas e ilegais a plataformas de mídia social dos EUA” emitidas pelo STF. Além disso, a carta menciona que o julgamento dos atos antidemocráticos, no qual o ex-presidente Jair Bolsonaro figura como réu, seria uma “caça às bruxas” e deveria ser encerrado imediatamente.

Essas acusações seriam a justificativa para a imposição de uma tarifa de 50% sobre produtos brasileiros. Exatos 93 anos após a Revolução Constitucionalista afastar um golpe contra nossa república, sofreremos um novo golpe em nossa soberania. Porém, diferentemente daquele que custou milhares de vidas, esse custará milhares de dólares para ambas as economias. A tarifação é uma tentativa explícita de interferir nos processos internos brasileiros, sendo vista como um absurdo por diversos especialistas.

O renomado economista Paul Krugman chamou a medida de “descaradamente ilegal”, por baseada em razões políticas (o caso Bolsonaro), e denunciou o abuso de autoridade presidencial. Economista Nobel Joseph Stiglitz chamou Trump de “bully que usa tarifas como arma”, lembrando que tais medidas costumam recuar diante de respostas firmes.

Isolada a intenção política associada a medida, economicamente sua proposta é incoerente. O Brasil tem déficit comercial com os EUA. No somatório da série histórica da balança comercial, desde 1997, Brasil registra déficit comercial de US\$ 48,2 bilhões. Nos últimos 16 anos, as vendas norte-americanas ao Brasil superaram suas importações em US\$ 88,61 bilhões. Portanto, a tarifa de 50% não se justifica economicamente.

Economistas alertam que a decisão “estabelece um precedente assustador” ao usar tarifas como ferramenta política, e pode prejudicar os consumidores americanos via aumento de preços de produtos como café e suco de laranja. No Brasil, o impacto pode chegar a reduzir o PIB de 0,3% a 0,8% em 2025, segundo estimativas de economistas e empresas de consultoria especializadas. Dentre as diversas ofensas presentes nessa medida, a imposição da tarifa:

- Carece de base econômica, sendo abusiva para recompor um déficit comercial inexistente;
- É uma ferramenta de pressão política e sobre a soberania da república;
- Representa o aumento de preços de insumos produtivos e prejudica consumidores nos EUA;
- Cria animosidades diplomáticas entre os países e demonstra um ânimo para guerras comerciais com qualquer país que não se curve aos interesses pessoais e políticos do Governo Norte-Americano; e
- Pode gerar uma reorganização das cadeias produtivas, criando novas parcerias comerciais entre países tarifados pelos EUA.

Em 1932, o povo paulista – e com ele o Brasil – ergueu-se em defesa da Constituição, da legalidade e do direito de decidir o próprio destino. Hoje, quase um século depois, vivemos novamente um momento em que a nossa soberania é desafiada. O anúncio feito pelo presidente Donald Trump de impor tarifas de 50% sobre os produtos brasileiros é injustificável, desproporcional e, acima de tudo, contrário aos princípios do comércio justo e da convivência entre nações soberanas. Assim como em 1932, não aceitaremos imposições externas que desrespeitem nossas instituições, nossa economia ou nossos valores democráticos.

Alfabetização de Crianças

Ministério da Educação aponta queda na alfabetização de crianças do 2º ano em Itambé

Município apresenta o pior índice de proficiência (26,98%) entre treze municípios do Território do Médio Sudoeste no Indicador Criança Alfabetizada

DA REDAÇÃO *
redacao@jornaldosudoeste.com

Os dados do Indicador Criança Alfabetizada, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, que envolveu cerca de 2 milhões de alunos de 42 mil Escolas Públicas em todo o Brasil, divulgados no último dia 11 de julho, revelaram uma preocupante piora na alfabetização de crianças matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental em Itambé. O município, que integra o Território do Médio Sudoeste, registrou o menor índice de proficiência (26,98%) entre treze municípios da região, indicando um desafio crescente na fase inicial da Educação Básica.

O levantamento mostrou que uma parcela significativa dos alunos de Itambé ainda apresenta dificuldades na leitura e escrita, habilidades essenciais para o desenvolvimento acadêmico e social. O Índice de Alfabetização no município



ficou abaixo da média regional, evidenciando uma tendência negativa em relação aos anos anteriores.

Especialistas em Educação ouvidos pelo JS alertam que a alfabetização na primeira infância é fundamental para o sucesso escolar futuro, e os resultados recentes indicam a necessidade de reforçar as políticas públicas voltadas para o aprendizado das crianças em Itambé. “Quando as crianças não conseguem desenvolver competências básicas de leitura e escrita nos primeiros anos, isso pode impactar toda a trajetória escolar e limitar suas oportunidades futuras”, afirmou ao JS, sob reserva, a uma professora de Educação Infantil da rede pública municipal de Ensino da região, demonstrando preocupação com a situação de Itambé.

Fazendo coro com outros Especialistas em Educação infantil, a educadora reforçou a importância de ações contínuas e coordenadas para superar os desafios na Alfabetização Infantil, destacando que o investimento na Educação Básica é fundamental para o desenvolvimento sustentável de toda a comunidade.

O Governo Municipal de Itambé reconhece a gravidade da situação da alfabetização na cidade, conforme informações obtidas de uma fonte ligada à Administração Municipal, que preferiu manter o anonimato. Segundo essa fonte, já estão em andamento planos para fortalecer o processo de alfabetização, incluindo a capacitação de professores, a aquisição de novos materiais didáticos e a implementação de atividades de reforço escolar. Além disso, a mesma fonte destacou que, embora os profissionais da Educação estejam dedicados a superar os desafios atuais e garantir que todas as crianças tenham acesso a uma Educação Pública de qualidade, questões políticas podem estar dificultando as ações necessárias para melhorar o quadro indicado pelo Indicador de Criança Alfabetizada.

O Território do Médio Sudoeste, que engloba treze municípios – Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá e Santa Cruz da Vitória – também acompanha de perto esses indicadores, buscando estratégias integradas para melhorar os resultados de aprendizagem na região.

Com foco na valorização da alfabetização, espera-se que Itambé e os demais municípios possam progredir nos próximos anos, promovendo uma Educação mais inclusiva e eficiente. Para Especialistas em Educação, o comprometimento das autoridades educacionais, juntamente com o envolvimento da comunidade e dos pais, será fundamental para transformar esses indicadores e assegurar um futuro melhor para as crianças de Itambé e de toda a região

Outro lado

A equipe de reportagem do JS entrou em contato, por meio de mensagens de texto enviadas à Assessoria de Comunicação Social da Prefeitura de Itambé, em busca de posicionamento da gestão municipal sobre os dados do Indicador Criança Alfabetizada, divulgado pelo Ministério da Educação por meio do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). No entanto, até o fechamento desta edição, não houve retorno.

O espaço permanece aberto caso da Administração Municipal de Itambé queira se manifestar.

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Estudantes do Colégio Estadual de Ibiassucê desenvolvem Pomada Fitoterápica que promete transformar o cuidado com animais

DA REDAÇÃO *
redacao@jornaldosudoeste.com

Na região de Ibiassucê, os criadores de gado enfrentam desafios frequentes devido às lesões provocadas pelo contato com a Aveloz, planta tóxica amplamente utilizada como cerca viva, além de enfermidades como Requeima ou Mela, relacionadas à sensibilidade à luz. Essas questões afetam a produtividade do setor e geram custos adicionais aos produtores locais. Em resposta a esses problemas, os estudantes do Colégio Estadual Antônio Figueiredo, Policarpo Costa e Maykon Brito, orientados pelo Professor Janilton de Lima Almeida, criaram uma Pomada Medicinal à base de plantas.

Intitulada Pomak Gel, a Solução Fitoterápica busca facilitar o acesso ao tratamento de feridas externas em bovinos e equinos. Com base em conhecimentos tradicionais da região, a Pomada é composta por três vegetais: Babosa, Jurema Preta e Taninos do Angico, reconhecidos por suas propriedades anti-inflamatórias, fotoprotetoras e cicatrizantes. O Professor Janilton de Lima Almeida destaca que os testes realizados mostraram uma melhora significativa na cicatrização das feridas dos animais tratados, além de promover uma regeneração evidente da pele.

A produção do Pomak Gel passa por três etapas: extração das plantas, manipulação dos ingredientes e obtenção da solução final. O Projeto demonstra o potencial crescente do mercado de fitoterá-



Policarpo Costa e Maykon Brito desenvolveram uma Pomada Veterinária feita com Babosa, Jurema Preta e Angico

picos. Segundo o estudante Policarpo Costa, ao investigar e fundamentar a criação do produto, percebeu que esse conhecimento já era passado de geração em geração na sua própria família.

De acordo com o Professor Janilton Almeida, o produto é especialmente indicado para populações do Semiárido, devido ao seu método artesanal de fabricação e ao baixo custo. Enquanto produtos similares podem custar entre R\$ 0,90 e R\$ 2,80 por grama, o Pomak Gel pode ser produzido por apenas R\$ 0,07 por grama, resultando em uma economia significativa nas despesas veterinárias, sem abrir mão da eficácia.

O Professor acredita que, atualmente em processo de patenteamento, o Gel pode se tornar uma alternativa acessível para os pecuaristas, que podem produzi-lo em casa seguindo orientações de segurança. A iniciativa dos estudantes foi reconhecida como finalista na Feira Brasileira de Iniciação Científica, realizada em Santa Catarina em 2023, com o apoio da Secretaria de Estado da Educação da Bahia.



O Professor Janilton de Lima Almeida, Coordenador e Orientador do Projeto, destaca os resultados positivos da Pomak Gel na cicatrização e regeneração cutânea em equinos tratados.

* COM INFORMAÇÕES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DA BAHIA

Projeto Ambiental

Estudantes de Riacho de Santana transformam resíduos em sustentabilidade

Projeto desenvolvido no Colégio Estadual de Tempo Integral Sinésio Costa reduz desperdício nas Escolas e cria copos biodegradáveis

DA REDAÇÃO *
redacao@jornaldosudoeste.com



Professora Nilva Santana Araújo com as estudantes Ana Luiza Menezes Oliveira, Bruna Dayssy de Souza Lima, Camila Souza Miranda, Fernanda Gabriela, Kawany Beatriz Sena de Amorim, Mariana Araújo Macêdo e Sofia Lima Alves

Estudantes do Colégio Estadual de Tempo Integral Sinésio Costa, em Riacho de Santana, vêm realizando uma significativa iniciativa sustentável ao transformar resíduos de papel descartados nas Escolas em copos biodegradáveis. Essa ação busca contribuir para a diminuição do desperdício e a preservação do meio ambiente.

O Projeto é uma resposta a um desafio comum enfrentado por Instituições de Ensino: o descarte inadequado de papel e outros materiais recicláveis. Dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe) revelam que os materiais recicláveis secos representam 33,6% dos 82,5 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos gerados anualmente no Brasil, dos quais 10,4% – aproximadamente 8,57 milhões de toneladas – são referentes a papel e papelão.

Um grupo formado por sete estudantes, sob a orientação das Professoras Dulcinéia de Oliveira Costa Ferreira e Nilva Santana de Araújo, desenvolveu uma metodologia para transformar esses papéis descartados em copos biodegradáveis. A proposta não apenas oferece um destino apropriado para o papel, mas também busca fomentar práticas de reciclagem consciente, sensibilizando a comunidade escolar sobre a importância do reaproveitamento e da redução do consumo de recursos naturais. A Professora Nilva Santana de Araújo enfatiza que “o Projeto representa uma mudança de mentalidade no ambiente escolar, incentivando uma postura mais responsável em relação ao descarte de resíduos”.

Fernanda Gabriela, uma das alunas envolvidas, detalha o processo: “Iniciamos a coleta e a separação dos papéis, seguindo por etapas de higienização, trituração e moldagem. Após a secagem, os copos recebem um revestimento de ceras naturais, como as de abelha ou vegetais, tornando-os impermeáveis e seguros para uso. Essa abordagem é acessível, criativa e de baixo custo, demonstrando que soluções ecológicas podem ser aplicadas na rotina escolar com o devido engajamento”.

A Professora Nilva Santana de Araújo explica que a iniciativa vai além de um Projeto Escolar, alinhando-se às metas da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). “Nosso trabalho comprova como as Instituições de Ensino podem contribuir para a preservação do planeta, implementando ações que promovem o desenvolvimento sustentável”, ressalta.

Denominado de Ecovisionárias, o Projeto conta com o apoio da Secretaria de Estado da Educação da Bahia e reúne um grupo comprometido de estudantes: Ana Luiza Menezes Oliveira, Bruna Dayssy de Souza Lima, Camila Souza Miranda, Fernanda Gabriela, Kawany Beatriz Sena de Amorim, Mariana Araújo Macêdo e Sofia Lima Alves. A iniciativa demonstra que, por meio da criatividade e do comprometimento, é possível transformar resíduos em soluções que não apenas beneficiam o meio ambiente, mas também promovem uma mentalidade mais consciente entre os membros da comunidade escolar.

Copo reciclado criado pelas estudantes do Colégio Estadual de Tempo Integral Sinésio Costa, em Riacho de Santana



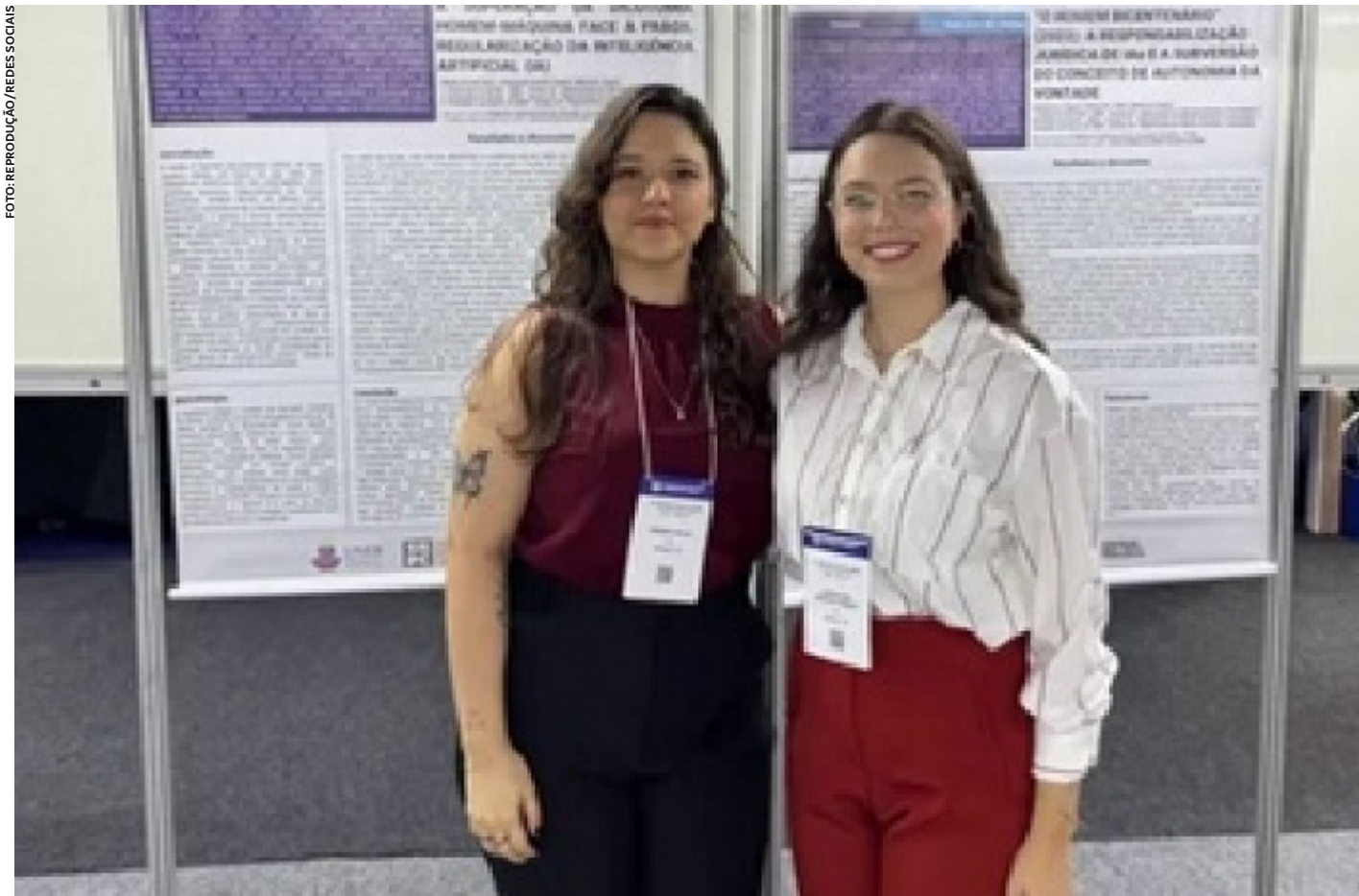
(*) COM INFORMAÇÕES DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DA BAHIA.

JORNADA CIENTÍFICA

Alunas do curso de Direito da Uneb Brumado brilham em Jornada Científica e garantem vaga no maior evento científico do Brasil

DA REDAÇÃO *
redacao@jornaldosudoeste.com

Duas estudantes do curso de Direito da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), Campus XX, em Brumado, conquistaram os primeiros lugares na Jornada de Iniciação Científica da Instituição, garantindo presença no mais importante evento científico do país: a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).
Adriele de Lima Silva, do 10º semestre, e Ludmila de Azevedo Fogaça, do 9º semestre, foram premiadas por pesquisas que exploram os impactos da Inteligência Artificial no campo jurídico, ambas sob orientação do Professor e Pesquisador Gilberto Batista Santos. Os trabalhos se destacaram na área de Ciências Sociais Aplicadas com os títulos:
“O Homem Bicentenário (2023): A Superação da Dicotomia Homem-Máquina Face à Frágil Regularização da Inteligência Artificial (IA)”
“O Homem Bicentenário (2023): A Responsabilização Jurídica de IAs e a Subversão do Conceito de Autonomia da Vontade”



Adriele de Lima Silva e Ludmila de Azevedo Fogaça, alunas do curso de Direito da Uneb Brumado.

Além do reconhecimento institucional, as alunas representarão a Uneb na Jornada Nacional de Iniciação Científica (JNIC), que ocorre durante a SBPC e reúne pesquisadores de todo o país em um dos principais fóruns de troca de conhecimento científico.
Segundo o Professor Gilberto Batista Santos, os resultados evidenciam a força da pesquisa acadêmica desenvolvida fora dos grandes centros urbanos, destacando a importância da interiorização da produção científica. “Essas conquistas mostram o talento e a dedicação das estudantes e reforçam a necessidade de investir na formação científica em diferentes regiões do Brasil”, afirmou.



TUDO QUE VOCÊ
PRECISA, EM UM
SÓ LUGAR!

www.jornaldosudoeste.com

@jornaldosudoeste @jornaldosudoestebahia



CIDADANIA

60 MILHÕES DE MULHERES NEGRAS, O JULHO DAS PRETAS REFORÇA QUE CUIDAR DA PELE NEGRA É TAMBÉM CUIDAR DA AUTOESTIMA, DA IDENTIDADE E DA MEMÓRIA

Após anos sendo paciente de procedimentos que não respeitavam sua pele, a biomédica Jéssica Magalhães transformou vivência em especialização e hoje é referência no cuidado estético que valoriza a identidade negra.

■ GLÁUCIA PINHEIRO – ASCOM/AGÊNCIA CRIATIVOS PR
noticia@criativospr.com.br

A cada 25 de julho, o Brasil se junta a outras nações da América Latina e do Caribe para reconhecer a força e a luta de mulheres negras. A data, que homenageia Teresa de Benguela, símbolo de resistência Quilombola no Século XVIII, é também um lembrete de que ainda há muito a ser conquistado.

No Brasil, mais de 60 milhões de mulheres se reconhecem como negras, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Elas compõem 28% da população e seguem enfrentando obstáculos históricos como a desigualdade de renda, a violência racial e de gênero, ausência de representatividade, barreiras estruturais no acesso à saúde, estética e bem-estar.

O setor de Estética, em especial, ainda carrega uma herança colonial que se reflete em padrões de beleza excludentes. Uma pesquisa da Nielsen aponta que apenas 5,9% das vendas de cosméticos no país têm foco em produtos para pele negra, apesar de mais da metade da população brasileira se autodeclarar preta ou parda. Além disso, os itens desenvolvidos para atender às necessidades específicas dessa população custam, em média, até 50% mais do que os voltados para “todos os tons de pele”, dificultando o acesso e reafirmando a desigualdade. Essa ausência de equidade no cuidado estético é mais do que um problema de mercado: é uma questão política.

O “Julho das Pretas”, movimento criado por organizações negras brasileiras, tem justamente o objetivo de visibilizar essas pautas. Na sua essência, é uma convocação para que mulheres negras sejam vistas com complexidades, dignidade e direito à pluralidade estética. É mais do que resistir, trata-se de afirmar que corpos negros merecem cuidado, tecnologia, escuta e pertencimento. Mas quem está criando esses espaços seguros de escuta e tratamento? Quem de verdade se dedica, na prática, a descolonizar o cuidado estético?

E dentro desse contexto que se destaca o trabalho da Biomédica Esteta Jéssica Magalhães, Especialista em pele negra com mais de 10 anos de atuação. Nascida em Salvador, ela ocupa um lugar cada vez mais sólido na Estética Inclusiva, com uma prática que alia conhecimento técnico e vivência pessoal para oferecer atendimento sensível às complexidades dessa pele. Já passaram por seus cuidados nomes como Tarsila Alvarindo, Val Benvindo e Najara (NBlack), personalidades que, ao buscarem atenção, também sinalizam uma mudança de mentalidade no mercado da estética.

Para além da técnica, Jéssica construiu a sua atuação sobre um princípio claro, respeitar a identidade negra. Em seus atendimentos, não se trata de negar procedimentos estéticos, mas de realizá-los sem apagar traços, as histórias e as potências que cada rosto carrega. “Propor uma Estética mais inclusiva é oferecer segurança técnica com sensibilidade humana, é cuidar da pele sem apagar a identidade de quem a carrega”, afirma. Ao romper com o modelo que impõe um padrão eurocêntrico como único parâmetro de beleza, Jéssica também convida mulheres a se enxergarem no espelho com pertencimento.

E esse convite ao cuidado como gesto de pertencimento aparece, por exemplo, na forma como a profissional lida com as histórias de seus pacientes. “Muitas pessoas chegam ao meu atendimento trazendo histórias de frustração com procedimentos mal orientados ou de nunca terem sido

escutadas de verdade. E eu escuto de um local que não é distante, porque também passei por isso, senti a mesma dor, a mesma frustração”, explica. A escuta ativa e o acolhimento individualizado, aliados ao conhecimento científico, fazem com que o consultório funcione como um espaço de reconstrução da autoestima.

Ao longo dos anos, a Biomédica tem trazido temas urgentes à tona, como a descolonização da Estética, a ditadura dos procedimentos que apagam os traços negros, o uso constante de tranças e suas implicações para a Saúde Capilar, além dos cuidados sazonais específicos para peles negras, como no verão e no inverno. Também já falou sobre Hiperpigmentação, Melasma e os impactos psicológicos do apagamento estético que ainda assombra musas de Escolas de Samba e outras figuras públicas negras. Sua prática tem contribuído, assim, para ampliar o debate sobre quem está incluso, e quem é sistematicamente excluído, quando o assunto é Beleza e Saúde.

O cuidado estético pode, e deve, ser um espaço de construção de dignidade. O que acontece quando esse cuidado é moldado por profissionais que reconhecem e respeitam as particularidades da pele negra? Como seria se todos os corpos tivessem acesso a atendimentos que não anulassem suas identidades, mas que as valorizassem? A Biomédica tem apostado diariamente nessas respostas.

“Eu escolhi estudar profundamente a pele preta porque entendi que esse cuidado precisava ir além, ele precisava ser político, acolhedor e transformador. Hoje, ser especialista em pele negra é minha forma de devolver pertencimento e segurança para quem, por muito tempo, foi deixado de fora desse lugar de cuidado”, conclui. E dessa combinação entre ciência e sensibilidade que nasce uma estética mais consciente, uma estética onde mulheres negras, latino-americanas e caribenhas, possam enfim se reconhecer inteiras.



“Meu interesse surgiu da minha própria vivência. Antes de ser profissional da Estética, eu era paciente, e passei por vários atendimentos tentando tratar minha pele e, principalmente, minhas olheiras, mas sem sucesso. Foi aí que decidi estudar para cuidar de mim mesma”

FOTO: DIVULGAÇÃO



Soteropolitana Jéssica Magalhães, Biomédica Esteta, Especialista em pele negra, transformou vivência pessoal em especialização e hoje é referência no cuidado estético que valoriza a identidade negra



Juventude em rede: os riscos de ambientes digitais para crianças e adolescentes

93% da população brasileira de 9 a 17 anos é usuária de internet e 29% desses revelam que já sofreram ofensas no ambiente online.

■ **LEILA COSTA E DANIELA PALMEIRA – SITE CORETO ***
<https://sitecoreto.com/j>



Desde os primeiros anos de vida de sua filha Clarissa, a tecnologia foi uma preocupação para Dinorá Dias. Não acreditava que os computadores, tablets, celulares, ou mesmo a internet fossem vilões, longe disso. Enquanto professora, sempre esteve atenta à potência desses meios em possibilitar um acesso abrangente ao conhecimento, à descoberta de mundos e realidades além da própria bolha. Contudo, também não partilhava da ingenuidade de que o universo virtual é livre de perigos, um ambiente seguro, ainda mais quando se trata de crianças e adolescentes. “Quando ela [Clarissa] estava com três, quatro anos, já tinha colegas que tinham tablet. [...] Aí eu dizia assim, não, ela só vai ter quando aprender a ler”. Antes que a filha tivesse acesso à internet, jogos, redes sociais e outros aplicativos digitais, Dinorá incentivou a leitura e priorizou o contato e amizade entre Clarissa e os livros. Além disso, brincar longe das telas era parte fundamental da rotina da filha. De brinquedos de montar à pintura com lápis de cor, giz de cera e tinta: tudo que desse espaço para a imaginação ganhar asas e auxiliar no desenvolvimento.

A opção de inserir cautelosamente o mundo virtual na vida da filha também surgiu do entendimento de que, primeiro, ela deveria compreender, pelo menos em parte, o que aquilo significava. Por mais que todos os colegas de Escola tivessem celular com acesso a WhatsApp, Instagram ou Facebook, Dinorá evocava a boa e velha máxima, exaustivamente repetida por muitos pais: você não é todo mundo. “Eu protelei até quando foi possível”, conta. Até que chegou o momento inevitável e a filha precisou se aproximar do universo digital.

Nesse período, algo que Dinorá não abriu mão, foi de monitorar de perto o modo, como Clarissa se relacionaria, principalmente, com as redes sociais. “É porque eu não confio na minha filha? Não! É porque eu não confio no mundo que ela está inserida”. Hoje, a professora percebe que o tempo que levou para permitir que sua filha tivesse liberdade de acessar aparelhos digitais e – em especial – às redes sociais foi uma decisão acertada. Clarissa cresceu entendendo, sobretudo, que a internet pode ser espaço de descoberta, mas que seu mundo, suas vivências e realidade, não se restringe a uma tela.

No entanto, enquanto professora de uma Escola de Ensino Médio, Dinorá percebe que o cenário envolvendo adolescentes e internet é cada vez mais preocupante. Todos os atrativos da internet, e consequentemente das redes sociais, estabelecem uma competição desleal com o professor: na tela as informações chegam de forma fácil, sem precisar de esforço; a vida parece mais colorida; mais animada; as pessoas são mais legais; tudo é mais interessante do que qualquer aula.

Mesmo com a restrição do uso de celulares e aparelhos digitais nas Escolas brasileiras – determinação que faz parte da Lei Federal nº 15.100, sancionada em janeiro deste ano – é impossível ignorar os efeitos e as marcas que a vida online deixa, mesmo nos momentos em que o status é offline. Ainda assim, Dinorá sentiu que o distanciamento trouxe impactos positivos, como o aumento da procura por livros e jogos nos intervalos; a interação entre os alunos e a participação nas aulas são alguns dos resultados.

Por outro lado, observando o cenário de forma ampla, a conta não fecha, a balança ainda pende para o lado dos malefícios presentes no mundo virtual. “O que eu percebo é que os nossos adolescentes e crianças, eles têm usufruído pouquíssimo dos benefícios. [...] E um número muito pequeno de pessoas, principalmente adolescentes, que fazem uso da tecnologia realmente como um ganho”, avalia.

Hiperconectados

O número de usuários de internet e exposição às telas cresceu nos últimos anos no Brasil. É o que aponta o Relatório Digital 2024 [https://datareportal.com/reports/digital-2024-brazil#], documento elaborado pelo site Data Reportar. Segundo os dados, o brasileiro passa, em média, 9 horas e 32 minutos conectado, diariamente. Dado que coloca o país como segundo maior com tempo de tela, ficando atrás apenas da África do Sul.

O Brasil também é destaque no número de usuários de redes sociais. De acordo com os dados, o brasileiro acessa cerca de 8,4 Plataformas diferentes, com uma média de 4 horas do dia dedicadas a essas redes.

Já em Janeiro de 2025, o Relatório [https://datareportal.com/reports/digital-2025-brazil] mostra que, até aquele momento, existiam cerca de 183 milhões de usuários de internet no país, um aumento de 22 mil, em relação ao mesmo período de 2024.

A pesquisa Tic Kids Online Brasil 2024 [https://cetic.br/pt/tics/kidsonline/2024/criancas], realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), mostra como é a relação da população brasileira de 9 a 17 anos com a internet e como essa população enfrenta os riscos decorrentes desse uso. A pesquisa foi realizada com entrevistas de 2.424 crianças e adolescentes e 2.424 pais ou responsáveis, entre os meses de março e agosto de 2024 em todo o país.

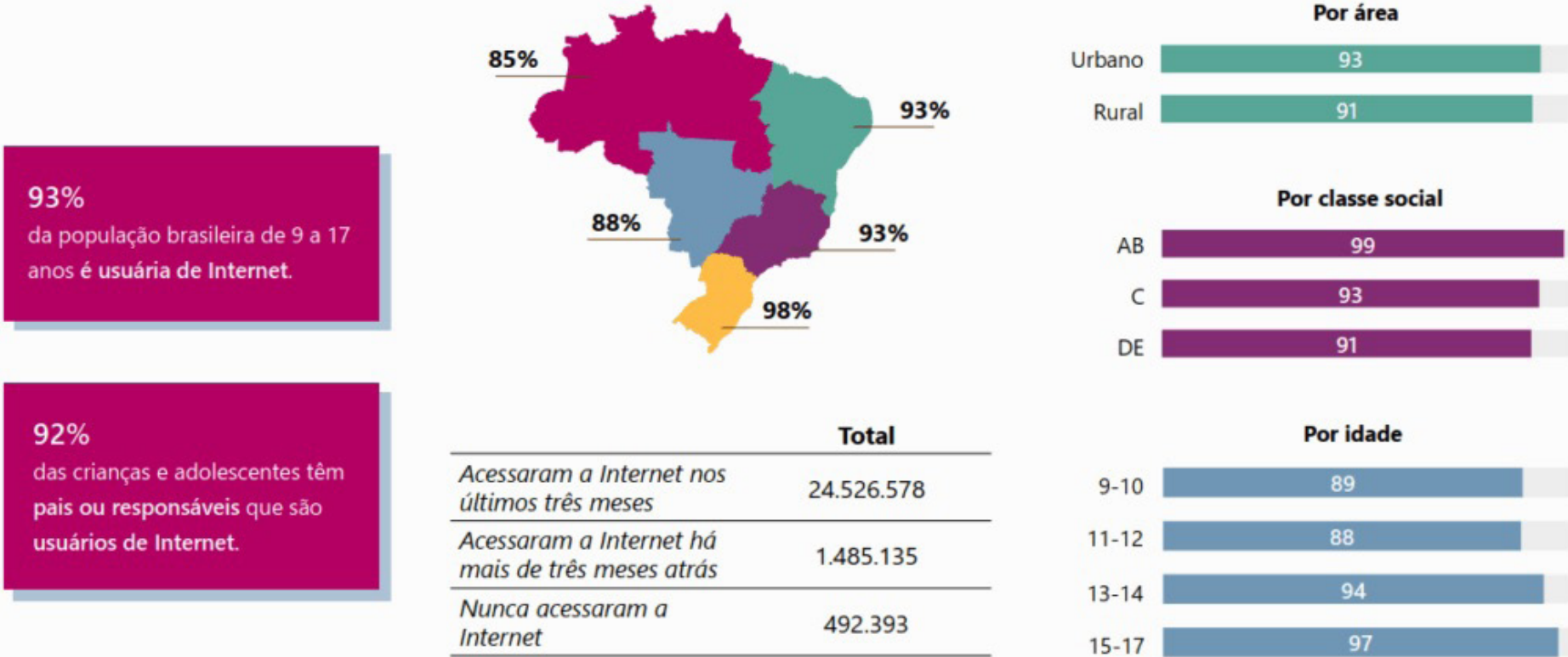
“

“A paciência até para ouvir o professor, para escutar um colega, tudo isso diminui e tudo isso vai impactar no rendimento”

FONTE: REDE SOCIAIS



Dinorá Dias, Professora e mãe



Em Poções, o Conselho Tutelar informou que não é recorrente as denúncias de crimes cibernéticos envolvendo crianças e adolescentes, mas não é ausente. Dados do último semestre registrou ocorrência de um caso de abuso sexual no Aplicativo WhatsApp, envolvendo adolescente. No entanto, essa ausência de casos pode estar relacionada com a falta de denúncias às autoridades por “falta de acesso à informação que de fato configura uma violação de direito, ou até mesmo um crime”, principalmente ligados ao ambiente virtual.

Como o uso excessivo de telas pode afetar o comportamento de crianças e jovens?

Estudiosos e profissionais alertam que essa exposição constante às telas pode gerar danos e impactos na vida do público infanto-juvenil. Um desses danos, são os crimes virtuais contra crianças e adolescentes que têm se tornado cada vez mais frequentes e abrangem diferentes formas de violência e violação de direitos na internet.

A Advogada e Especialista em Proteção de Dados e Redes Sociais, Tiana Ferraz, explica que o que caracteriza um crime virtual é o meio em que ele ocorre, ou seja, o ambiente online. “Existem inúmeros crimes que acontecem no mundo offline e também acabaram sendo projetados, digamos assim, transferidos para o mundo virtual. Podemos apontar, por exemplo, o Cyberbullying, a Pedofilia, é talvez até a extorsão”, aponta.

Além dos riscos que as crianças e adolescentes estão expostas por estar conectados, existem também os perigos que os pais e mães expõem seus filhos ao compartilharem imagens e informações destes na internet. “Temos que pensar que quando uma coisa chega na internet, um fato, um dado, não temos como controlar por onde essa foto, esse dado, essa coisa, ela vai circular. [...] E quando nós falamos de crianças e adolescentes, a proteção tem que ser ainda maior, porque nós estamos falando de pessoas que estão na situação de formação e isso pode impactar não só nessa formação do caráter, mas também temos que lembrar das questões emocionais e psíquicas que estão por trás disso tudo,” ressalta Tiana Ferraz.

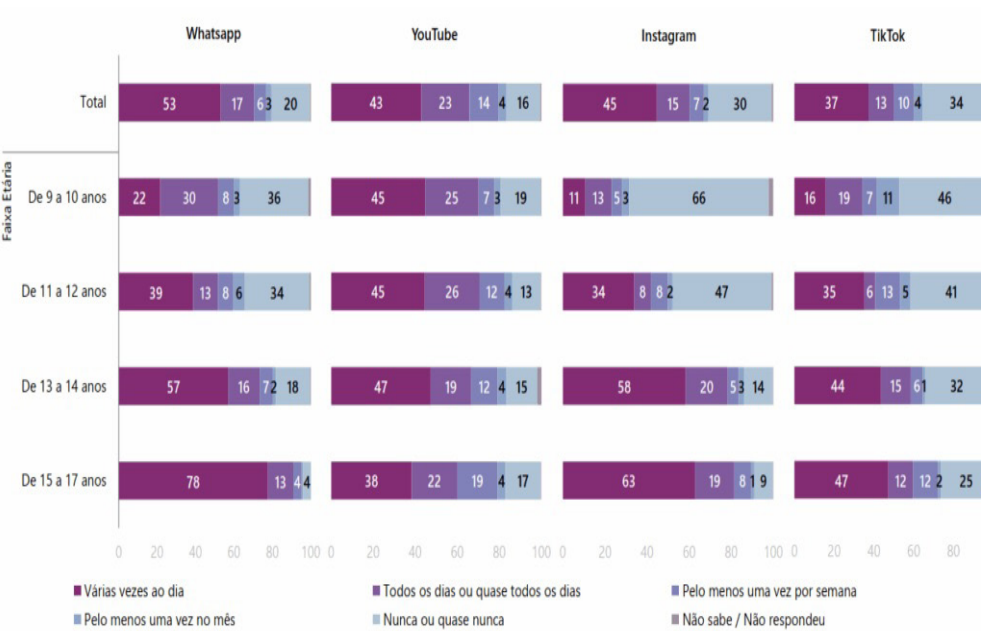
A Neuropsicopedagoga Jucineide Rocha Almeida explica que viver em redes afeta o desenvolvimento das crianças, principalmente nos primeiros anos, visto que o recomendado pela Sociedade Brasileira de Pediatria é que as crianças não tenham acesso às telas até os três anos. “Se essa criança está nesse processo de desenvolvimento e ela fica o tempo todo em um desenho repetitivo, ela vai ficar repetindo também, então isso vai trazer prejuízos cognitivos. Essa criança terá atraso na linguagem, atraso na coordenação motora, porque fica ali o tempo todo sentado, só assistindo”.

O contato com telas para crianças menores de três anos aumenta a Dopamina, o que faz com que a criança fique viciada, como explica a Neuropsicopedagoga. “Ela fica o tempo todo no celular, porque aumenta a Dopamina, e ela tem um prazer naquilo. Quando isso ocorre, a criança fica super estimulada, pois a Dopamina estimula, ela é um Neurotransmissor que inibe e ela excita o Cérebro, isso vai prejudicar, e quando ter as demandas para ela fazer, ou até quando ela for inserida na Escola, ela não vai querer sentar para fazer aquelas atividades”.

Para os adolescentes, passar muito tempo conectados também gera consequências graves para a Saúde Mental e Física. Além disso, a hiper conexão pode colaborar para o baixo desempenho acadêmico do estudante. “Um adolescente que fica até três horas da manhã assistindo filme, no período dele dormir – porque o sono que faz as memórias do aprendizado – o impacto disso é o prejuízo cognitivo para a concentração e memorização”.

Outro problema recorrente é que muitos adolescentes não conseguem lidar com as frustrações decorrentes de comparações com a vida “perfeita” vendida nas redes.

FONTE: TIC KIDS ONLINE BRASIL 2024



Frequência de uso de plataforma digital por crianças e adolescentes (2024).



“O uso das redes sociais pode contribuir para o aumento de Ansiedade, Depressão e baixa Autoestima”

FONTE: REDE SOCIAIS



Tiana Ferraz, Advogada

“O uso das redes sociais pode contribuir para o aumento de Ansiedade, Depressão e baixa Autoestima”

FONTE: REDE SOCIAIS



Jucineide Rocha Almeida, Neuropsicopedagoga



ENVIE PARA NOSSOS EMAILS:

- editor@jornaldosudoeste.com
- reportagem@jornaldosudoeste.com

Prevenção e cuidados com crianças e adolescentes em ambientes online

Os índices de exposição às telas e os perigos decorrentes disso têm acendido o alerta para medidas que podem e devem ser tomadas visando à proteção do público infanto-juvenil. Os representantes do Conselho Tutelar, enquanto órgão responsável pela proteção de crianças e adolescentes, alertam para o dever que os pais e responsáveis têm com a Educação dos filhos, e essa Educação inclui o limite ou restrição ao uso de telas a depender da idade dos filhos.

“O avanço da tecnologia foi positivo, mas também teve pontos negativos. E um dos pontos negativos é que a família está deixando de assumir o seu papel e deixando que a rede social faça o papel de família. Muitas vezes, o pai, por não ter um diálogo familiar com a esposa, com os filhos, e deixa os filhos um pouco soltos nas redes sociais. E essas Plataformas estão gerando na criança uma mentalidade daquilo que ela pode ser,” afirma Marcus Nunes, Conselheiro Tutelar.

Os Conselheiros ressaltam a importância de pais e responsáveis estejam atentos aos comportamentos dos filhos e às reclamações vindas de escolas, relacionadas a essas mudanças comportamentais. “Tem muitas crianças e adolescentes que estão tendo problemas com a rede social, com o assédio, com a exploração, sendo vítimas de crimes. Muitas delas não conseguem se abrir, então, elas começam a ter sinais de automutilação, a se cortar. Muitas fazem o sinal de desaparecer da cidade, dar um sumiço, e muitas vezes não é caso de namoradinho, são problemas que não estão conseguindo resolver e não tem o apoio familiar,” diz o Conselheiro.

Marcus Nunes acrescenta que o Conselho Tutelar existe para assegurar os direitos às crianças e adolescentes, no entanto, as regras e os limites devem ser dados pelos pais e/ou responsáveis. “O Conselho Tutelar não é um órgão repressor, tampouco punitivo. Ele é um órgão protetivo, que não tira a autonomia do pai e da mãe”.

Além de estarem atentos às mudanças comportamentais, pais e responsáveis devem sempre verificar se os filhos, ou menores sob sua responsabilidade, estão sendo vítimas de algum crime online e procurar ajuda. “A primeira coisa a se fazer é buscar uma autoridade policial. Hoje, nós já temos uma Delegacia de Crimes Virtuais, em que pode ser feito um Boletim de Ocorrência para relatar essa circunstância. Ou pode se dirigir à Delegacia Física para prestar esse Boletim. Também é importante que os pais eles se aconselhem, busquem uma orientação jurídica de como proceder. E também podem buscar auxílio do Conselho Tutelar e do Ministério Público,” explica Tiana Ferraz.

O Conselho Tutelar não faz a prática investigativa e nem punitiva, no entanto, o órgão atua na proteção da vítima. “Quando o pai chega aqui para pegar orientação, fazemos um encaminhamento daquela vítima para um acompanhamento Psicológico, Assistente Social, vemos o que é o problema para saber onde vamos encaminhar para proteção. E a parte crime a gente direciona o pai ou o responsável a registrar o Boletim de Ocorrência”, afirma Gabriela Godeiro.

As denúncias de crimes virtuais podem ser feitas na Delegacia Virtual <https://delegaciavirtual.sinesp.gov.br/portal/>, ou diretamente na Delegacia de Polícia Civil. A Advogada orienta algumas ações que podem auxiliar na hora de fazer a denúncia. “A primeira coisa é tirar print, o que puder tirar print e salvar. Se a pessoa tiver algum nível de entendimento, ela pode se valer do registro dessas ocorrências informáticas em sites de armazenamento de provas, como Very Fact https://divulga.verifact.com.br/conheca-verifact?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=-g&utm_content=650492564083&utm_term=very%2, porque nem sempre a pessoa vai ter disponibilidade financeira para fazer uma Ata Notarial. O ideal é uma Ata Notarial, porque a pessoa que fizer o registro desta Ata Notarial, ela tem fé pública e aí sim, a circunstância ela vai estar muito bem resguardada”, aconselha.



Marcos Nunes e Gabriela Godeiro, Conselheiros Tutelares.



SAÚDE & BEM-ESTAR



Rua Joana Angélica, 245, Centro - 1º Andar
(Acesso por Elevador)
Brumado - BA



Telefone: (77) 9 9998-7920



SAÚDE & BEM-ESTAR

○ CRIANÇA E ADOLESCENTE

Estatuto da Criança e do Adolescente completa 35 anos com avanços, mas também cercado de muitos desafios

Defensor Público Federal André Naves alerta para a urgência de garantir efetividade aos direitos de crianças e adolescentes, especialmente dos mais vulneráveis.

■ **CRISTINA FREITAS – ASCOM/EX-LIBRIS COMUNICAÇÃO INTEGRADA**
cristina@libris.com.br

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) acaba de completar 35 anos. Sancionado em 1990, promoveu uma mudança histórica na forma como a sociedade brasileira enxerga a infância e a adolescência – de objetos de tutela para sujeitos plenos de direitos; alinhando o país à Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU. Para o Defensor Público Federal André Naves, Especialista em Direitos Humanos e Inclusão Social, esses 35 anos precisam ser celebrados, certamente; mas são, principalmente, um chamado à reflexão. “Avançamos muito, mas ainda enfrentamos desigualdades profundas que impedem que os direitos previstos em lei se tornem realidade para milhões de crianças e jovens brasileiros, especialmente os mais vulneráveis”, ressalta.

Dentre as principais conquistas promovidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente ao longo destas três décadas e meia estão a redução do trabalho infantil nas áreas urbanas; a ampliação da escolarização e obrigatoriedade da matrícula escolar; e o fortalecimento da Rede de Proteção à Infância, com a criação, inclusive, dos Conselhos Tutelares. Além disso, o Estatuto impulsionou a implementação de políticas públicas fundamentais no enfrentamento à violência infantil, como a criação de Delegacias Especializadas, Serviços de Escuta Protegida e a promulgação da Lei Menino Bernardo (Lei 13.010/2014), que proíbe o uso de castigos físicos.

Os desafios, porém, continuam. Dados recentes mostram que altos índices de violência física, sexual e psicológica ainda atingem crianças e adolescentes em diversas regiões do país, com impacto ainda mais severo sobre jovens negros, indígenas, em situação de rua ou com deficiência.

“A infância brasileira ainda é marcada por grandes desigualdades. A violência policial, o trabalho infantil em áreas rurais, a morosidade no Sistema de Adoção e a precariedade dos Conselhos Tutelares são problemas que resistem há décadas e que precisamos enfrentar com coragem e prioridade política”, afirma André Naves, que complementa: “A exploração infantil, o abandono, a desigualdade de renda, a desigualdade no acesso à Saúde, à Educação e à moradia digna ainda fazem parte do cotidiano de milhares de meninas e meninos no país. Além disso, a estrutura de proteção muitas vezes é frágil, com falta de recursos e de profissionais capacitados; e ausência de políticas públicas eficazes – especialmente em municípios menores ou regiões mais carentes”.

Outro ponto crítico destacado pelo Defensor Público é o descompasso entre a legislação e sua efetiva implementação. Segundo ele, embora o Brasil tenha uma das legislações mais avançadas do mundo em proteção infantojuvenil, a ausência de investimento adequado e planejamento intersetorial comprometem a garantia real desses direitos.

“A experiência com a vigência do Estatuto demonstra que ter uma legislação moderna é um passo importante, mas não suficiente. Para que os direitos previstos na Lei sejam plenamente garantidos, são necessários: maior vontade política; investimentos públicos efetivos; o engajamento da sociedade civil; e, principalmente, o combate às desigualdades sociais que afetam de forma mais dura as infâncias marginalizadas – sobretudo de crianças negras, pobres ou com deficiência, que enfrentam barreiras estruturais desde o nascimento”, ressalta Naves.

Mesmo após 35 anos, o Estatuto da Criança e do Adolescente ainda precisa ser realmente vivenciado em todas as regiões do país e em todas as classes sociais. Para André Naves, é hora de renovar o Pacto Nacional em Defesa da Infância, valorizando os Conselhos Tutelares, ampliando políticas de acolhimento familiar, investindo em Educação Inclusiva e combatendo todas as formas de preconceito e violência. “A história do Estatuto é a história da infância brasileira. Celebrá-lo é assumir o compromisso com um futuro mais justo, onde toda criança e adolescente tenha a oportunidade de se desenvolver plenamente, com dignidade, proteção e afeto”, destaca.

O Defensor Público faz, no entanto, uma ressalva. A impunidade, segundo ele, precisa ser combatida em todas as situações. “A impunidade gera uma série de violações aos Direitos Humanos, sob vários aspectos. “Quando a gente deixa de punir quem merece punição, a gente abre as portas para a sociedade clamar por soluções mais bárbaras. Crianças e adolescentes também precisam responder por seus delitos, no limite de suas responsabilidades. Se cometeram atos infracionais, precisam, sim, responder por eles. Isso vale para qualquer tipo de crime”, conclui Naves.



Defensor Público Federal André Naves, Especialista em Direitos Humanos e Inclusão Social.

Principais avanços do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA

Reconhecimento de crianças como sujeitos plenos de direitos

- Redução do trabalho infantil nas áreas urbanas
- Expansão da escolarização e criação do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação)
- Criação dos Conselhos Tutelares
- Rede de Combate à Violência Infantil (Delegacias, Escuta Especializada, Lei Menino Bernardo)
- Sistema Socioeducativo com Garantias Legais (Sinase)
- Adoção mais segura e humanizada
- Acolhimento familiar prioritário
- Maior visibilidade dos direitos da infância na mídia e nas Escolas

Obstáculos ainda presentes

- Violência física, sexual e institucional
- Trabalho infantil ilegal em zonas rurais e serviços informais
- Desigualdades raciais e territoriais
- Sistemas Socioeducativos com superlotação e falhas de reintegração dos menores na sociedade
- Morosidade e entraves na adoção tardia
- Falta de estrutura em muitos Conselhos Tutelares do país

Marcos históricos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

- 1990: Criação do ECA (Lei 8.069/90)
- 1996: LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) torna obrigatória a matrícula escolar
- 2003: Lançamento do Peti – Combate ao Trabalho Infantil
- 2005: Criação do Cadastro Nacional de Adoção
- 2006: Lei Maria da Penha reconhece crianças como vítimas indiretas
- 2012: Criação do Sinase
- 2014: Lei Menino Bernardo proíbe castigos físicos
- 2016: Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/16)
- 2020: Pandemia escancara desigualdades no acesso à Educação
- 2023: Conselho Nacional de Justiça e Ministério Público intensificam fiscalização de abrigos e Unidades Socioeducativas
- 2025: Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - completa 35 anos.

PROTEJA SUAS CONQUISTAS, CONTE COM A **REALIZA**



**Assistências que atendem
suas necessidades 24 horas
sete dias por semana.**



Rua: Joana Angélica, 245 – 1º Andar – Sala 01
Sênio Clínica – Brumado – BA

 **(77) 9 9957-6500**





NÚBIA TEIXEIRA NUNES

Núbia Teixeira Nunes – Guanambiense – Assistente Social; Funcionária pública – Assistente Social da UPA 24h; Assistente Técnica Social – Família, Previdenciária, Pessoas com Deficiência e Neurodivergentes, seus Familiares e Cuidadores. Especialista em Inclusão, Políticas Públicas e o Assistente Social: Direito e Competências Profissionais. Especialista em Avaliação Biopsicossocial. Especialista em Saúde Coletiva

Contatos:

WhatsApp: 77- 99858 0711

Instagram: @nubia.txnunes

Site: nubiatxnunes.com.br

35 anos do ECA: o que temos a comemorar em tempos de disputas familiares judicializadas?

Em 13 de julho de 2025, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) completou 35 anos. E, embora seja considerado uma das legislações mais avançadas do mundo em termos de proteção integral, a pergunta que ecoa entre os profissionais que atuam na linha de frente é: temos realmente o que comemorar?

Na teoria, o ECA reconhece a criança como sujeito de direitos. Mas na prática, o que vemos nos tribunais, nas perícias, nas visitas monitoradas e nos laudos técnicos é que muitas crianças ainda são tratadas como “objeto da disputa” entre os adultos – e não como prioridade absoluta.

Enquanto isso, algumas ideias, oriundas de discursos de poder e controle, continuam moldando a forma como pais e mães enfrentam os desafios da guarda, da convivência e da alienação parental. Um exemplo? “Quem ameaça sua posição... precisa ser neutralizado sem piedade.” considerado um dos conselhos pragmáticos de Nicolau Maquiavel, em “O príncipe”, que reflete o pensamento maquiavélico sobre o exercício e a manutenção do poder.

Essa lógica de guerra, que parece fazer sentido em campos estratégicos ou políticos, quando aplicada aos conflitos familiares, é devastadora.

A criança vira campo de guerra.
Quando ela denuncia, o sistema manda silenciar.
A convivência vira punição.
A justiça vira palco de vingança emocional.
A mãe protetora, é vista pelo sistema como manipuladora.

Quando a disputa se transforma numa batalha de “ganhar ou perder”, a criança é a primeira a perder. Mais do que isso: relatos de abuso são ignorados em nome de uma guarda “compartilhada” forçada. Mães são processadas por protegerem seus filhos. Profissionais escondem ou omitem relatos de abusos sob uma falsa neutralidade. Laudos silenciam a dor infantil e viram sentença. E o sistema responde com institucionalizações apressadas e escutas negadas.

Isso não é efetivar o ECA. Isso é rasurá-lo. Proteger não é alienar.

O assistente social na justiça tem um compromisso ético fundamental com a criança e o adolescente, baseado nos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Código de Ética profissional. A atuação envolve garantir a proteção integral desses indivíduos, defendendo seus direitos e buscando soluções que promovam seu bem-estar, desenvolvimento, o respeito à dignidade humana, à justiça social e a não discriminação.

Sua atuação deve estar fundamentada em uma escuta qualificada da criança, adolescentes e de todos os envolvidos, na leitura crítica dos contextos familiares e o compromisso com a infância como sujeito de direitos – em busca do seu melhor interesse e não como extensão da dor dos adultos.

É por isso que, neste aniversário de 35 anos do ECA, evocamos o convite para uma reflexão profunda: Será que estamos protegendo as crianças ou tentando vencer umas às custas das outras?

Talvez, mais do que comemorar, seja hora de cobrar:
Aplicação real da escuta da criança nos processos.
Posturas técnicas livres de revitimização.

Decisões que responsabilizem agressores, e não silenciem vítimas.

Intervenções que pacifiquem, e não judicializem ainda mais a dor.

Porque os conselhos pragmáticos de Maquiavel sobre o exercício de poder podem até funcionar na política.

Mas na vida de uma criança, só sobrevive quem tem coragem de pacificar e proteger.

BELO CAMPO

BELO CAMPO QUALIFICA ATENDIMENTO HOSPITALAR COM A INAUGURAÇÃO DO SERVIÇO DE RAIOS-X DIGITAL NO HOSPITAL MUNICIPAL VICENTE VIEIRA

DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com

A Prefeitura Municipal de Belo Campo, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, celebrou a inauguração de um novo Serviço de Raios-X Digital no Hospital Municipal Vicente Vieira, representa um avanço considerável na Rede Pública de Saúde do município, disponibilizando tecnologias inovadora para um atendimento de saúde eficaz e seguro. Para Fábio Maia Prado, secretário municipal de Saúde, o novo equipamento é mais um exemplo do compromisso da



O Hospital Municipal Vicente Vieira, em Belo Campo, recebeu um moderno Aparelho de Raio X Digital – um marco no avanço da Saúde Pública do município

Administração do prefeito Fidélis – Neto Fidélis – Pereira Reis (PSD) em garantir acesso a serviços de Saúde de qualidade para todos os belo-campenses.. O secretário ressaltou que dotar o Hospital Municipal desse equipamento de última geração faz parte do trabalho de modernização da Rede Pública Municipal de Saúde, visando avançar na qualidade dos atendimentos, oferecendo diagnósticos mais rápidos e precisos, além de proporcionar maior segurança tanto para os pacientes quanto para os profissionais de Saúde.

A nova tecnologia também reduz o uso de materiais químicos e diminui o tempo de espera pelo resultado dos exames, elevando Belo Campo a um novo patamar no cuidado com a Saúde Pública.

O Raio-X Digital não apenas proporciona imagens de alta qualidade para diagnósticos, mas também torna os atendimentos médicos mais ágeis, segundo o secretário municipal de Saúde, Fábio. Ele destacou que as imagens dos exames poderão ser acessadas por meio de telas de computadores e celulares, melhorando a eficiência e o tempo de resposta no atendimento ao paciente. “Estamos cumprindo a determinação do prefeito Neto Fidélis (Fidélis Pereira Reis), que se comprometeu com a população a promover a modernização deste serviço essencial, garantindo uma Saúde Pública mais moderna, eficiente e humanizada”, afirmou o secretário.

Para o Diretor Médico do Hospital Municipal Vicente Vieira, Diego Ferraz Oliveira, com a entrega do novo Raio X haverá melhora significativa nos serviços de saúde oferecidos à população belo-campense, que passa a contar com Exames de Raio X Radiológico de Alta Resolução. Para o Diretor Médico da Unidade, o novo equipamento representa um marco significativo para o avanço dos serviços de saúde em Belo Campo.

O prefeito de Belo Campo, Fidélis – Neto Fidélis – Pereira Reis (PSD) expressou sua satisfação e gratidão ao governador do Estado, Jerônimo Rodrigues Souza (PT), e à secretaria de Estado da Saúde da Bahia, Roberta Silva de Carvalho Santana, pela disponibilização de um novo Aparelho de Raio-X Digital ao Hospital Municipal Vicente Vieira. A entrega do equipamento, ressaltou o gestor, representa um importante avanço para a Saúde Pública de Belo Campo, ampliando a capacidade de diagnóstico e atendimento à população. “Este é um momento de alegria e reconhecimento. A chegada do Raio-X Digital é fruto do trabalho conjunto entre o município e o Governo do Estado, e reforça o nosso compromisso com a melhoria da qualidade dos serviços de Saúde oferecidos à população”, afirmou o prefeito.



O prefeito Fidélis – Neto Fidélis (PSD) – Pereira Reis (PSD) expressou agradecimento ao governador Jerônimo Rodrigues e à secretária de Estado da Saúde da Bahia, Roberta Santana, pela entrega do novo equipamento que fortalece e qualifica os serviços de saúde oferecidos à população de Belo Campo.



Secretário municipal de Saúde, Fábio Maia Prado, ao lado da Diretora Administrativa e do Diretor Médico do Hospital Municipal Vicente Vieira, Mirian Martins Ferraz e Diego Ferraz Oliveira.

○ BEBÊS REBORN E A SAÚDE MENTAL

PSICÓLOGA CACULEENSE DESTACA O SENTIDO AFETIVO POR TRÁS DOS BEBÊS REBORN

■ LUCIMAR ALMEIDA
lucimaralmeidajs@gmail.com

O debate acerca dos “Bebês Reborn” continua a gerar opiniões calorosas e a dividir perspectivas. Para alguns, esses bonecos realistas representam uma ferramenta terapêutica legítima e uma expressão lúdica válida. Para outros, essa prática reflete um problema social mais profundo, quase uma espécie de surto psicótico em larga escala. Mas o que, de fato, esse julgamento revela? Estamos, muitas vezes, inconscientemente, reforçando estigmas associados à loucura e invalidando as experiências daqueles que optam por cuidar desses bonecos hiper-realistas? É pertinente, como frequentemente ocorre, relacionar o fenômeno dos Bebês Reborn a uma suposta psicose coletiva, remetendo à antiga ideia de que o louco é aquele que perdeu a razão?

Michel Foucault, em sua obra “História da Loucura”, destaca que, ao longo do tempo, a loucura tem sido vista como um contraponto à razão, encarada como algo caótico que precisa ser controlado. Para ele, a loucura simboliza uma “manifestação no homem de um elemento obscuro e aquático, uma desordem sombria que se opõe à estabilidade luminosa do espírito”. Utilizar esse conceito de forma pejorativa para criticar os Bebês Reborn e seus “pais adotivos” – ou o contrário – reforça uma visão antiquada sobre a loucura, desconsiderando sua complexidade.

Na área da Psicanálise e da Psiquiatria, a Psicose é compreendida como uma condição subjetiva, uma forma específica de sofrimento psíquico, e não simplesmente um estado de irracionalidade. Atribuir comportamentos considerados estranhos à loucura, sem uma análise clínica adequada, apenas alimenta o estigma enfrentado por quem convive com transtornos psicóticos, além de prejudicar suas famílias e cuidadores.



“É importante observar se a fantasia esta substituindo a realidade, precisamos investigar o que está por trás desse comportamento se está servindo apenas como uma forma de conforto sem prejuízo a outras áreas ou esta sendo utilizado como fuga de um vazio emocional ou frustração que precisa ser enfrentada, é algo que exige cuidado e atenção”

“Acredito que o fenômeno com Bebês Reborn trata se de um comportamento complexo, que toca em aspectos profundos da experiência humana, como o desejo de cuidado, a maternidade, o luto e o valor simbólico dos objetos. Em contra partida podem oferecer conforto e auxiliar em processos terapêuticos, é fundamental estar atento aos limites entre a realidade e a fantasia, garantindo que essa prática contribua positivamente para o bem-estar emocional dos envolvidos.”

“Quando se trata de saúde mental devemos prezar sempre pelo equilíbrio e o bom senso que envolve as diversas situações, tendo em vista fatores terapêuticos bem aplicados que trazem resultados positivos, por outro lado o desequilíbrio pode causar danos psicológicos e abalos emocionais.”



Psicóloga Camila Teixeira Silva Scarcela

Para aprofundar a discussão sobre o fenômeno dos Bêbes Reborn”, o JS entrevistou a Psicóloga Camila Teixeira Silva Scarcela. Especialista em Psicologia, ela analisou, sob essa perspectiva, o crescimento do número de mulheres no Brasil que se identificam como “mães de Bebês Reborn”. Segundo a profissional, esse movimento reflete dinâmicas sociais e emocionais vividas por muitas mulheres, que passam a cuidar desses bonecos hiper-realistas como se fossem filhos verdadeiros. As práticas incluem alimentação simbólica, troca de fraldas, simulações de consultas pediátricas e até reivindicações por direitos semelhantes aos das mães biológicas ou adotivas.

Confira abaixo os principais trechos da entrevista.

JORNAL DO SUDOESTE: Como podemos avaliar, na opinião da senhora, esse fenômeno ‘Bebê Reborn’?

“Podemos avaliar o cenário como preocupante, pois representa um caminho complexo para satisfazer necessidades emocionais e psíquicas, criando situações que não coincidem com a realidade ou passam a ser utilizadas como objeto de fuga da realidade.”

JS: O que a senhora diria sobre os sentimentos e significados atribuídos, principalmente por mulheres adultas, às Bonecas Reborn?

“Os sentimentos que envolvem a mulher na fase adulta (com os Bêbes Reborn) podem estar relacionados a carências emocionais, e a tentativa de preencher vazios afetivos com o que nunca poderá ser humano. Nesse caso, a pessoa pode usar a relação como uma forma de escapar da realidade. E assim, evitar lidar com problemas ou emoções difíceis, levando a uma dependência afetiva no objeto, sendo necessário nesse caso a busca pelo acompanhamento psicológico.”

JS: E pelos idosos?

“Já a prática terapêutica com Bebês Reborn para idosos mostra-se positiva sobre a perspectiva de ativação de memória com idosos com Alzheimer ajudando a resgatar memórias afetivas, reduzir a ansiedade e a agitação, promovendo a interação social e proporcionando uma sensação de calma e conforto para idosos em situação de solidão.”

JS: Como os Bebês Reborn podem funcionar como ferramentas Terapêuticas?

“A prática terapêutica com Bebês Reborn têm sido utilizada como técnicas direcionadas para acalmar pacientes que sofrem de ansiedade, depressão e outros transtornos emocionais. São utilizados também em tratamentos de saúde mental, como terapia ocupacional e terapia de arte, ajudando a melhorar a cognição, estimular a memória e funções executivas, promovendo a interação social.”

JS: O apego emocional a uma Boneca Reborn pode ser considerado saudável? Quando isso pode se tornar um problema?

“É importante observar se a fantasia está substituindo a realidade, precisamos investigar o que está por trás desse comportamento, se está servindo apenas como uma forma de conforto sem prejuízo a outras áreas ou está sendo utilizado como fuga de um vazio emocional ou frustração que precisa ser enfrentada, é algo que exige cuidado e atenção.”

JS: Na opinião da senhora há o risco de substituição de vínculos humanos por vínculos com objetos? Isso é ou deveria ser motivo de preocupação?

“Acredito que o fenômeno com Bebês Reborn trata-se de um comportamento complexo, que toca em aspectos profundos da experiência humana, como o desejo de cuidado, a maternidade, o luto e o valor simbólico dos objetos. Em contrapartida podem oferecer conforto e auxiliar em processos terapêuticos, é fundamental estar atento aos limites entre a realidade e a fantasia, garantindo que essa prática contribua positivamente para o bem-estar emocional dos envolvidos.”

JS: No caso do fenômeno dos Bebês Reborn, como diferenciar um hobby ou Terapia Saudável de um comportamento que merece atenção clínica?

Quando se trata de Saúde Mental devemos prezar sempre pelo equilíbrio e o bom senso que envolve as diversas situações, tendo em vista fatores terapêuticos bem aplicados que trazem resultados positivos, por outro lado o desequilíbrio pode causar danos psicológicos e abalos emocionais.

JS: Na opinião da senhora, o sucesso dos Bebês Reborn tem relação com o mundo digital e o aumento da solidão?

“Sim, há algumas observações a serem consideradas. Com o aumento dos usuários nas redes digitais um fator que nos chama a atenção é a diminuição das interações reais e significativas, onde muitas pessoas criam personagens que não condizem com a realidade, gerando situações que interferem no processo emocional e contribui para o isolamento e a perda das interações sociais necessárias para o desenvolvimento humano. Em muitos casos, os Bebês Reborn surgem como resposta simbólica a perdas, uma gravidez que não se concretizou, um luto mal resolvido e para outras pessoas, representam simplesmente a possibilidade de cuidar sem risco, sem imprevisibilidade em um mundo cada vez mais inseguro e acelerado.”

JS: A senhora acrescentaria alguma coisa?

“Gostaria de acrescentar e ratificar a importância do contato e das interações reais e genuínas, quando se perde ou por algum motivo essas interações ficam comprometidas devemos procurar ajuda profissional para lidarmos com a situação.”


Js.

**TESTEMUNHO
UM FLAGRANTE
DE NOTÍCIA?**

   
jornaldosudoeste

Quer reclamar dos problemas da sua cidade e do seu bairro?

Quer sugerir, mandar fotos e vídeos, dar informações para uma reportagem? Fale diretamente com a redação do JS através do Whatsapp:

 **(77) 99872-5389**



Jornaldosudoeste



ANDRÉA LADISLAU

Hiper-Realidade: A saúde mental na era dos Bebês Reborn

O filósofo Zygmunt Bauman descreveu o modo de vida atual, como sendo uma concepção de uma sociedade “líquida”. Os vínculos são frágeis, as relações interpessoais efêmeras e a solidão, uma constante. Nesse sentido, a era da Hiper-realidade que normaliza o apego emocional fantasioso a Bebês de silicone, só reforça essa busca constante por recompensas e confortos simbólicos, fruto de um mecanismo de reforço, que afeta, em cheio, o equilíbrio emocional.

Entre a moda e o limite

Essa febre dos bonecos de silicone, pode refletir o rompimento dos limites entre a realidade e o imaginário. Exceto nos casos em que as pessoas os utilizam como um objeto terapêutico para curar dores subjetivas. Alguns exemplos seriam luto mal elaborado, traumas psicológicos, infertilidade, maternidade interrompida, abandonos, solidão, entre outras questões. Tudo dentro de uma normalidade aceitável que não venha a ferir seu propósito.

No entanto, o que temos visto nos últimos tempos, principalmente, através das redes sociais, são conteúdos que sugerem verdadeiros absurdos. Por exemplo, o apego emocional sugestivo de psicopatias, Bordeline ou desequilíbrio emocional que refletem um exagero da maternidade simbólica. O fruto da intensa necessidade de pertencimento, da elevação da autoestima, de validação e de uma perfeição que, certamente, compromete e interfere nas relações interpessoais e na forma como essa “mãe” encara suas fragilidades e seus próprios desafios.

Encarar a realidade

Se todo excesso reflete uma falta, as pessoas não devem considerar a maternidade Reborn como algo permanente nem como substituta de uma relação humana real. Ter a consciência de seu uso simbólico temporário é fundamental para manter intactos os limites entre o real e a fantasia. A grande questão é que, dependendo da situação, esse boneco é alçado ao posto de “remédio curativo” para uma dor psíquica invisível. Dor que precisa de uma escuta empática. Precisa ser acolhida por uma rede de apoio atuante e presente e, principalmente, não ser julgada, ao menor sinal de desequilíbrio.

Infelizmente, o Bebê Reborn, em muitos casos, está sendo usado como o disfarce para essa dor. Quando as pessoas não elaboram um sofrimento, elas usam o “filho boneco” como um amuleto de cura. Uma cura que nem sempre vai acontecer se não houver a consciência de que é preciso separar a maternidade fictícia da vida real. Seja qual for o gatilho para esse tipo de comportamento disfuncional, o reconhecimento da necessidade de autocuidado e de equilíbrio na saúde mental, é imprescindível para que as relações humanas não sejam afetadas, comprometendo a autoestima e o amor próprio dessa mulher.

Uma reflexão necessária

Portanto, os afetos não simbolizados, as emoções não expressadas e os vínculos rompidos, presentes em uma maternidade fantasiosa que, oculta as dores e delícias da maternidade real, revelam um grande perigo social: a febre da segurança emocional das simulações de afeto. Ou seja, quando as pessoas não encaram a utilização do Bebê Reborn como um mero passatempo, um brinquedo lúdico ou um objeto colecionável, sem grandes expectativas emocionais, certamente, elas o transformam em um gatilho que estimula o imaginário a continuar camuflando uma possível dor psíquica.

Enfim, toda essa reflexão, do ponto de vista psicológico e ético, aponta a necessidade de deixar clara, a importância do uso terapêutico desses bonecos e a necessidade de redução dos riscos de rompimento entre a realidade e a fantasia, sem o apoio adequado.

TRANSPORTE INTERESTADUAL DE PASSAGEIROS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA SUSPENDE LIMINARMENTE DECISÃO DA AGERBA E VIAÇÃO NOVO HORIZONTE SEGUE OPERANDO NO ESTADO

■ DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com

A Viação Novo Horizonte obteve uma liminar da Justiça que suspendeu temporariamente os efeitos da Resolução nº 29/2025 do Chamamento Público nº 01/2025, emitida pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (Agerba), autarquia estadual vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura de Transporte, Energia e Comunicação da Bahia. Na Resolução, publicada na edição do Diário Oficial do Estado do último dia 16 de julho, a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (Agerba) relacionou 15 empresas que atuam no Sistema Rodoviário Intermunicipal da Bahia (SRI), entre as quais a Viação Novo Horizonte, apontando várias irregularidades na atuação da Empresa, incluindo o não cumprimento de prazos estabelecidos em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) assinado em dezembro de 2024 e a ausência de Certidões Negativas de Débitos Fiscais.

Com a decisão liminar do Tribunal de Justiça da Bahia, proferida pela juíza Cristiane Menezes Santos Barreto, da 15ª Vara da Fazenda Pública de Salvador, os efeitos da Resolução da Agerba ficam suspensos até que o mérito do Processo seja julgado.

Outro lado

Em comunicado oficial publicado em suas redes sociais, a Viação Novo Horizonte agradeceu a confiança de seus clientes, colaboradores e parceiros, reforçando o compromisso com a qualidade, segurança e responsabilidade no transporte de passageiros em todo o território do Estado. A Empresa ressaltou que continuará operando normalmente enquanto a questão judicial ainda está sendo analisada.

“Seguimos firmes no nosso compromisso de conectar pessoas com segurança, qualidade e responsabilidade. Nossas operações seguem normalmente em todo o Estado. Agradecemos a confiança de todos. Vamos em frente!”, diz o comunicado da Empresa.

Credibilidade

Js.

Mais que uma conquista, um voto de confiança
que renovado diariamente ao longo dos últimos 26 anos.

TRANSPORTE INTERESTADUAL DE PASSAGEIROS

JUSTIÇA FEDERAL MANTÉM SUSPENSÃO DE LINHA OPERADA ILEGALMENTE PELA VIAÇÃO NOVO HORIZONTE HÁ 15 ANOS

DA REDAÇÃO
redacao@jornaldosudoeste.com



FOTO: REPRODUÇÃO

De acordo com entendimento do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o trecho entre São Paulo e Brumado era operado sem autorização, o que configurou transporte clandestino por 15 anos, apesar de 116 multas.

A Justiça Federal rejeitou o recurso da Viação Novo Horizonte e decidiu manter a suspensão da linha que liga São Paulo/SP a Brumado/BA, a qual operava há 15 anos sem a devida autorização legal. A determinação, feita no último dia 25 pela Desembargadora Daniele Maranhão Costa, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), ressaltou o funcionamento clandestino da linha e as 116 multas impostas à Empresa.

Conforme o Ministério Público Federal, a Viação Novo Horizonte violou normas estabelecidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (Antt), autarquia federal vinculada ao Ministério dos Transportes, ao realizar transporte interestadual irregular, com embarques e desembarques não autorizados. Para o Ministério Público Federal, a atuação da Empresa caracteriza-se como a exploração de uma linha sem permissão, o que infringe o princípio da legalidade na prestação de serviços públicos.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres informou que a linha operada entre Vitória da Conquista e São Paulo não possui registro ativo em seu Sistema, o que confirma a natureza clandestina da atividade. Nos autos, a Viação Novo Horizonte alegou que prestava serviço regular, mas não apresentou documentação que comprovasse a autorização legal ou a concessão válida para o trajeto.

A Relatora destacou que a falta de autorização é clara e compromete tanto a segurança dos passageiros quanto a fiscalização do transporte interestadual. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região considerou a ação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (Antt) como legítima ao barrar a continuidade do serviço irregular, já que a Empresa operava fora das normas do setor.

A decisão afirma que é responsabilidade do poder público coibir o funcionamento de Empresas que não observam a legislação vigente.

A Viação Novo Horizonte ainda pode recorrer da decisão nas Instâncias Superiores da Justiça Federal.

Outro lado

A equipe de reportagem do JS não obteve retorno da Viação Novo Horizonte, que também não divulgou posicionamento oficial acerca da decisão da Justiça Federal. O espaço segue aberto caso a empresa deseje se manifestar.

Juventude em rede: os riscos de ambientes digitais para crianças e adolescentes



93% da população brasileira de 9 a 17 anos é usuária de internet e 29% desses revelam que já sofreram ofensas no ambiente online
Pags. 22 a 25

FOTO: FREEPICK

ANDRÉA LADISLAU
HIPER-REALIDADE: A
SAÚDE MENTAL NA ERA
DOS BÊBÊS REBORN
Pág. 33

HELDER SANTOS
SOBERANIA
DESAFIADA
Pág. 16

IVES GANDRA DA
SILVA MARTINS
AS FALSAS NARRATIVAS
DO GOVERNO LULA - RICOS
CONTRA POBRES
Pág. 06

LUÍZ FREDERICO
RÊGO
LULA, O
PREDESTINADO
Pág. 08

NÚBIA TEIXEIRA
NUNES
35 ANOS DO ECA: O QUE
TEMOS A COMEMORAR
EM TEMPOS DE
DISPUTAS FAMILIARES
JUDICIALIZADAS?
Pág. 28

Estatuto da Criança e do
Adolescente
completa 35 anos com avanços,
mas também cercado
de muitos desafios

Pags. 26 e 27



Psicóloga caculeense destaca o sentido
afetivo por trás dos Bêbes Reborn

Pags. 30 a 32